

COMPÊNDIO DE "O CAPITAL" Carlo Cafiero

Sobre o autor:

Carlo Cafiero nasceu em Baretta, no antigo reino de Nápoles em setembro de 1.846. Por volta de 1.870 começa a participar do movimento operário internacional e daí por diante dedica sua vida à causa revolucionária.

Compendio del Capitale foi escrito em 1.879 e representa uma etapa no trabalho de divulgação e popularização da obra de Karl Marx. O autor tem como objetivo tornar o pensamento de Marx acessível ao público em geral, uma vez que o texto de *O Capital* só era compreensível a uma minoria de estudiosos.

O texto do autor italiano foi elogiado por Marx em carta endereçada a Cafiero pela sua "superioridade" em relação a trabalhos de outros autores. Por sua simplicidade didática tem constituído uma iniciação ao marxismo a numerosas gerações de trabalhadores e estudantes.

SUMÁRIO

Sobre o autor

Ao leitor

Prefácio do autor à primeira edição

Capítulo I Mercadoria, dinheiro, riqueza e capital

Capítulo II Como nasce o capital

Capítulo III A jornada de trabalho

Capítulo IV A mais-valia relativa

Capítulo V Cooperação

Capítulo VI Divisão do trabalho e manufatura Capítulo VII Máquina e grande indústria

Capítulo VIII O salário

Capítulo IX Acumulação do capital

Capítulo X A acumulação primitiva

Conclusão

AO LEITOR

Compendio del Capitale de Carlo Cafiero escrito em 1879 representa uma etapa no trabalho de divulgação e popularização da obra de Karl Marx. A presente tradução conta com texto acessível e moderno enriquecido com expressões e passagens que objetivam a perfeita compreensão do leitor brasileiro de hoje mantendo-se, no entanto, fiel à valiosa obra de divulgação do pensamento socialista original. Convém lembrar que Carlo Cafiero foi um homem revolucionário e singular na história do movimento operário internacional.

Para maior fluência da leitura foram eliminadas as aspas do autor nos trechos de *O Capital* de Karl Marx, obra disponível entre os títulos da Centauro Editora a quem queira aprofundar seus estudos. (*os editores*)

PREFÁCIO DO AUTOR À PRIMEIRA EDIÇÃO

Itália, março de 1878.

Sentia uma tristeza profunda, estudando *O Capital*, ao pensar que este livro era e é, sabe-se lá até quando, inteiramente desconhecido na Itália.

Mas se as coisas estão nesse pé, dizia a mim mesmo, não devo poupar esforços para mudar a situação. Mas, o que fazer? Uma tradução? Droga! Isso não adiantaria nada. Aqueles que estão em condições de compreender a obra de Marx, como ele a escreveu, conhecem certamente o francês e podem perfeitamente usar a bela tradução de J. Roy, inteiramente revista pelo próprio Marx e que ele recomendou mesmo para os que dominam o idioma alemão. É para outro tipo de gente que devo trabalhar. E essa gente se divide em três categorias: primeira, composta pelos trabalhadores inteligentes e com alguma instrução; a segunda, pelos jovens nascidos na burguesia, mas que lutam pela causa dos trabalhadores e não têm ainda a suficiente formação nem o desenvolvimento intelectual para compreender *O Capital*; a terceira, finalmente, é essa moçada de escola, ainda quase criança, que se pode comparar a uma árvore que pode dar bons frutos, se transplantada para um terreno propício. Meu trabalho deve ser, portanto, um resumo fácil e curto do livro de Marx.

O Capital de Marx é demolidor: é a verdade nova que arrasou e dispersou ao vento todo um castelo secular de erros e mentiras. Uma verdadeira guerra! Uma guerra gloriosa pela força do inimigo, e pela força ainda maior do comandante que a empreendeu com uma imensa quantidade de novíssimas armas, instrumentos e máquinas de todo tipo, o que o seu gênio soube extrair de toda a ciência moderna.

Incomparavelmente muito mais modesta é a minha missão. Devo apenas conduzir uma tropa de voluntários ardorosos por uma estrada mais fácil e rápida para o templo do capital e destruir esse deus, para que todos o vejam com os próprios olhos e o toquem com as próprias mãos nos elementos que o compõem. Arrancaremos as vestes dos seus sacerdotes para que todos possam ver as manchas de sangue humano que escondiam e as armas cruéis que usam para sacrificar um número sempre crescente de vítimas.

É com estes propósitos que me ponho a trabalhar. Possa Marx cumprir a sua promessa, dando-nos o segundo volume de *O Capital*, que tratará da circulação e das diferentes formas que o capital assume no seu desenvolvimento, e também o terceiro volume que tratará da história da teoria.

O primeiro volume de *O Capital* foi escrito em alemão e logo depois traduzido para o russo e o francês. Resumo-o agora em italiano para aqueles que se interessam pela causa do trabalho, os trabalhadores devem ler este livro e maduramente refletir sobre ele, porque nele está não somente a história do desenvolvimento da produção capitalista, mas também o Martirológio do trabalhador.

E, finalmente, dirijo-me também a uma classe muito interessada no destino da acumulação capitalista: a classe dos pequenos proprietários. Como explicar essa classe, outrora tão numerosa na Itália e hoje cada vez mais reduzida? A razão é muito simples. Porque a Itália, desde 1860, percorre a todo vapor o caminho que todas as nações modernas precisam necessariamente percorrer: o caminho que leva à acumulação capitalista. E essa acumulação capitalista teve na Inglaterra aquela forma clássica, da qual se aproximam tanto a Itália como os demais países modernos. Se os pequenos proprietários meditarem sobre a história da Inglaterra, referida nas páginas desse livro, se meditarem sobre a acumulação capitalista, agravada na Itália pela usurpação dos bens eclesiásticos e dos bens públicos, se sacudirem essa apatia que oprime a sua mente e o seu coração, se convencerão, de uma vez por todas, que a sua causa é a causa dos trabalhadores, porque para eles a moderna acumulação capitalista não deixou mais do que essa triste condição:

ou se vender por um salário de fome ou desaparecer para sempre na densa massa do proletariado.

Carlo Caffero

Capítulo I

MERCADORIA, DINHEIRO, RIQUEZA E CAPITAL

A mercadoria é um objeto que tem um duplo valor: valor de uso e valor de troca, que é o valor propriamente dito. Se tenho, por exemplo, 20 quilos de café, eu posso tanto consumi-los para meu próprio uso quanto trocá-los por 20 metros de tecido, por uma roupa, ou por 250 gramas de prata, se, em vez de café, eu precisar de uma dessas mercadorias.

O valor de uso da mercadoria se baseia na qualidade própria de mercadoria: se ela é para beber, para comer, ou para divertir. Portanto, essa qualidade é determinada para satisfazer uma determinada necessidade nossa e não qualquer outra de nossas necessidades. O valor de uso dos 20 quilos de café é baseado nas propriedades que o café possui e estas propriedades são tais que nos dão a bebida café, mas prestam para fazer uma roupa ou qualquer outra coisa. É por isso que só podemos tirar proveito do valor de uso dos 20 quilos de café se sentimos a necessidade de beber café. Mas, se, ao contrário, eu precisasse de uma camisa e não dos 20 quilos de café que tenho em mãos? O que fazer? Não saberíamos, se a mercadoria não tivesse também, junto com o valor de uso, o valor de troca. Encontramos agora uma pessoa que tem uma camisa, da qual não tem necessidade, mas precisa do café. Então fazemos uma troca. Eu lhe dou os 20 quilos de café e ela me dá a camisa...

Mas, como podem as mercadorias de propriedades tão diferentes entre si, serem trocadas umas pelas outras em determinadas proporções? Porque a mercadoria, além do valor de uso, tem também o valor de troca. Isso já sabemos. O que não sabíamos era que a base do valor de troca, do valor propriamente dito, é o trabalho humano necessário para produzir essas mercadorias. A mercadoria é produzida pelo trabalhador. Portanto, o trabalho humano é a substância procriadora; é o trabalho que dá existência à mercadoria. Em sua essência, embora de propriedades tão diversas entre si, todas as mercadorias são a mesma coisa, perfeitamente iguais, porque, filhas de um mesmíssimo pai, têm todas o mesmíssimo sangue em suas veias. Se trocamos 20 quilos de café por uma camisa ou por 20 metros de pano, é porque para se produzir 20 quilos de café, precisou-se de tanto trabalho humano quanto para a produção de uma camisa ou de 20 metros de tecido. Trocou-se uma camisa por tanto de trabalho humano materializado nos 20 quilos de café, ou trocaram-se os 20 quilos de café por tanto de trabalho humano materializado em uma camisa. Ou seja, trocou-se trabalho por trabalho. A substância do valor da mercadoria está no trabalho humano e a grandeza desse valor é determinada pela grandeza do trabalho humano. Ora, se a substância de valor é a mesma em todas as mercadorias e isto quer dizer que todas as mercadorias como veículo do valor são todas iguais e trocáveis entre si, o que nos resta, portanto, é comparar o tamanho dessa grandeza, medi-la.

A grandeza do valor depende da grandeza do trabalho; e qual é a medida do trabalho? O tempo: hora, dia, semana, mês etc. Em 12 horas de trabalho se produz um valor duas vezes maior do que se produziria em 6 horas. Daí, alguém poderia dizer que quanto mais lento fosse um trabalhador, quer por inabilidade, quer por preguiça, mais valor produziria. Nada mais falso do que esta afirmação, pois o trabalho de que estamos falando e que dá substância ao valor, não é um trabalho de Pedro ou de Paulo, e sim um trabalho médio, que sempre é igual e que é propriamente chamado de trabalho social. É o trabalho que, em um determinado centro de produção pode ser feito em média por um operário, o qual trabalha com uma habilidade média e intensidade média.

Conhecido o duplo caráter da mercadoria, isto é, de ser valor de uso e valor de troca, compreendemos que a mercadoria só pode nascer por obra do trabalho, e de um trabalho útil a todos. Por exemplo, o ar, os prados naturais, a terra virgem etc., são úteis ao homem, mas não constituem nenhum valor, porque não são produtos de seu trabalho e, conseqüentemente, não são mercadorias. Também podemos fabricar objetos para o nosso próprio uso, mas que não podem ser úteis a outros; nesse caso não produzimos mercadorias; do mesmo modo não produzimos mercadoria, quando trabalhamos com coisas que não têm nenhuma utilidade nem para nós, nem para os outros.

As mercadorias, pois, são trocadas entre si; uma se apresenta como equivalente da outra. Para maior facilidade das trocas, começa-se a empregar uma determinada mercadoria como equivalente para todas as outras. Mercadoria de destaca do conjunto de todas as outras para se colocar frente a elas como equivalente geral, isto é, como dinheiro. Por isso, o dinheiro é aquela mercadoria que, pelo costume e por determinação legal, monopolizou o posto de equivalente geral. Assim, o dinheiro, a moeda, chegou até nós através da prata. Enquanto antes, 2 quilos de café, uma camisa, 2 metros de tecido e 25 gramas de prata eram quatro mercadorias que se trocavam entre si indistintamente, hoje, ao contrário, tem-se que 2 quilos de café, uma camisa e 2 metros de tecido são três mercadorias que valem, cada uma, 25 gramas de prata, por exemplo, 500 reais.

Mas, seja através das mercadorias diretamente, seja através do dinheiro, a lei de trocas permanece a mesma, sempre. Uma mercadoria só pode ser trocada por outra se o seu valor de troca for igual. Isto quer dizer que, se uma mercadoria não tiver o mesmo tempo de trabalho que a outra, não há troca. Esta só acontece entre trabalhos iguais. E tudo o que vamos dizer de agora em diante é baseado nela, nessa lei de troca de mercadorias.

Com a chegada do dinheiro, da moeda, as trocas diretas ou imediatas de uma mercadoria por outra desapareceram. Agora tocas devem ser feitas através do dinheiro. Desse modo, qualquer mercadoria que queira se transformar em outra, deve, antes de mais nada, como mercadoria, transformar-se em dinheiro, e depois, como dinheiro, retransformar-se em mercadoria. Portanto, o esquema das trocas não será mais uma cadeia de mercadorias - uma abóbora x uma melancia x um pão - e sim, uma cadeia de mercadoria e dinheiro. Ei-la:

mercadoria M dinheiro D mercadoria M dinheiro D

Ora, se nesta fórmula assinalamos os giros que a mercadoria realizou, assinalamos também os giros do dinheiro. Como veremos, é desta fórmula que sai a fórmula do capital.

Quando temos em nossas mãos uma certa quantidade de mercadorias ou dinheiro, o que no caso vem a dar no mesmo, somos possuidores de uma certa riqueza. Se a gente pudesse dar a esta riqueza um corpo, que é um organismo que se desenvolve, que se alimenta, então teríamos o capital. Ter um corpo ou organismo capaz de se desenvolver significa nascer e crescer. É nesse desenvolvimento que a origem do capital parece desaparecer, na natureza possivelmente fecundada do dinheiro.

Mas de que maneira nasce o capital? Naquela fórmula que assinala os giros da mercadoria e do dinheiro, vamos acrescentar ao dinheiro um número que indica seu aumento progressivo:

dinheiro - mercadoria - dinheiro 1 - mercadoria - dinheiro 2 - mercadoria - dinheiro 3..

E é exatamente essa a fórmula do capital:

D-M-DI-M-D2-M-D3...

Como vimos, a resposta ao problema (encontrar um método de fazer nascer um capital) estava contida na resolução de um outro problema: encontrar uma fórmula de fazer aumentar progressivamente o dinheiro.

E como o capitalista consegue isso? É o nosso próximo capítulo.

Capítulo II

COMO NASCE O CAPITAL

Observando atentamente aquela fórmula do capital (D - M - D1 - M - D2), chega-se à conclusão de que a questão da origem do capital se revolve, em última análise, nesta outra questão: encontrar uma mercadoria que dê mais dinheiro do que se gastou em sua compra. Em outras palavras, encontrar uma mercadoria que, em nossas mãos, possa aumentar de valor, de tal modo que, vendendo-a se possa ganhar mais dinheiro. Portanto, deve ser uma mercadoria bastante elástica para ser capaz de aumentar o seu valor, a sua grandeza de valor. Esta mercadoria tão singular existe: é a força do trabalho.

Aí está. O homem do dinheiro acumulou riqueza e quer dessa riqueza criar um capital. Ele chega ao mercado com o endereço certo: comprar força de trabalho. Vamos segui-lo! Ele anda pelo mercado e dá de cara com operário, que está ali exatamente para vender sua única mercadoria: a força do trabalho. Mas operário não vende a sua mercadoria de uma só vez e para sempre. Ele vende a sua força de trabalho em parte, por um dado tempo, um dia, um mês etc. Se o operário vendesse sua força, sua capacidade de trabalho inteiramente, não seria mais um mercador e se transformaria ele mesmo, sua pessoa, em mercadoria; não seria mais um assalariado, mas um escravo do seu patrão.

O preço da força de trabalho se calcula da seguinte maneira: toma-se os preços dos alimentos, da roupa, da habitação, enfim, de tudo que é necessário ao trabalhador para manter a sua força de trabalho durante o ano e sempre em seu estado normal. Acrescenta-se, a esta primeira soma, o preço de tudo que é necessário ao trabalhador para procriar, alimentar e educar seus filhos, segundo sua condição: depois divide-se o total pelos dias do ano - 365 -, e saberá quanto, por dia, é necessário para manter a força de trabalho, o seu preço diário, que é o salário do operário. O que o trabalhador precisa para procriar, alimentar e educar os seus filhos entra neste cálculo, porque os filhos do trabalhador representam a continuação da força de trabalho. Assim, se o operário vendesse por inteiro a sua força de trabalho, não apenas ele, mas também seus filhos seriam escravos de seu patrão, eles seriam também mercadoria. Porém, como assalariado, ele tem o direito de conservar todo o resto, que se encontra parte nele e parte nos seus filhos.

Com aquele cálculo obtivemos o preço exato da força de trabalho. A lei das trocas, como vimos no capítulo anterior, diz que uma mercadoria não pode ser trocada por outra se não ti verem o mesmo valor; isto é, se o trabalho que se requer para produzir uma não for igual ao trabalho que se requer para a produção da outra. Ora, trabalho que se exige para produzir o que é necessário ao trabalhador e, portanto, o valor das coisas necessárias ao trabalhador é igual ao valor de sua força de trabalho; se o trabalho necessita de 100 reais por dia para comprar todas as coisas que lhe são necessárias, logicamente 100 reais será o preço diário de sua força de trabalho.

Pois bem. Sem alterar em nada o que falamos até aqui, podemos supor que o salário diário de um operário alcance os 100 reais. Suponhamos, ainda, que em 6 horas de trabalho sejam produzidos 5 gramas de prata, que equivalem aos 100 reais. Agora, voltemos ao mercado.

Lá, enquanto isso, o homem do dinheiro fez um contrato com o proprietário da força de trabalho, pagando por ela o seu justo preço de 100 reais. Ele é um burguês muito honesto e, além disso, muito religioso, incapaz de especular com a mercadoria do operário. Nem é necessário dizer que o salário do operário só vai ser pago no fim do dia, ou da semana, ou do mês. Enfim, só depois que ele trabalhou, depois que ele produziu, é que ele recebe o salário. É o que acontece também com outra mercadoria, cujo valor se realiza no uso, como é, por exemplo, o caso de uma casa ou do arrendamento de uma terra, cujo preço precisa ser pago de acordo com o prazo estabelecido.

Estes são três elementos do processo do trabalho:

- 1º. força de trabalho;
- 2º. matéria-prima;
- 3º. os meios de trabalho

Bem, voltando ao nosso homem do dinheiro: depois de comprar a força de trabalho, comprou também a matéria-prima, no caso, algodão; os meios de trabalho, isto é, a fábrica com todos os instrumentos e condições de trabalho já estão perfeitamente preparados. E agora, diz ele, saindo apressado:

- Mãos à obra!

Uma certa transformação parece ter-se dado na fisionomia dos personagens do nosso drama. O homem do dinheiro toma a dianteira, na qualidade de capitalista; o proprietário da força de trabalho segue-o, como seu trabalhador. Aquele, com a aparência honrada, satisfeita atarefada; o outro tímido, hesitante, com a sensação de quem vendeu a própria pele no mercado e que agora não pode esperar outra coisa senão... ser esfolado.

Enfim, chegam à fábrica. O capitalista se apressa em botar o seu operário para trabalhar, entregando-lhe dez quilos de algodão. Antes que eu me esqueça, esse operário é fiandeiro, produz fios de algodão.

É consumindo os seus três elementos: a força de trabalho, a matéria-prima e os meios de trabalho, que o trabalho se realiza.

O consumo dos meios de trabalho calcula-se do seguinte modo: da soma do valor de todos os meios de trabalho - o prédio, suas instalações, as ferramentas, o óleo, o carvão etc. - subtrai-se a soma do valor dos meios de trabalho consumida no processo de trabalho; dividindo o resultado desta subtração pelo número de dias que os meios de trabalho possam durar, temos o consumo diário dos meios de trabalho.

Parece complicado, não? Vamos repetir isso, exemplificando com números: Suponhamos que os meios de trabalho (a fábrica com suas instalações, máquinas, ferramentas etc.) devam durar 10 anos ou 3.650 dias. Por todos esses meios de trabalho, o capitalista desembolsou, por exemplo, R\$ 1.460.000,00; dividindo essa quantia por 3.650 dias temos R\$ 400,00 que corresponde ao consumo diário dos meios de produção.

O nosso operário trabalhou durante toda uma jornada de 12 horas. Ao final dessa jornada ele transformou os 10 quilos de algodão bruto em 10 quilos de fio; entregou-os ao patrão e deixa a fábrica, retomando para casa. No caminho, como todo o operário, ele vai fazendo as contas, para saber quanto o seu patrão poderá ganhar com aqueles dez quilos de fio.

Não sei exatamente quanto custa o fio - vai dizendo para si mesmo -, mas, de qualquer modo, a conta está praticamente feita. O algodão cru, eu mesmo vi quando ele comprou no mercado: R\$ 300,00 por quilo. Todas as suas ferramentas podem ter um consumo, digamos de R\$ 400,00 por dia. Bem:

10 quilos de algodão:	3.000,00
Desgaste diário dos meios de produção	400,00
Meu trabalho hoje	100,00
Total dos 10 quilos de fio	3.500,00

Ora, certamente, sobre o algodão ele não ganhou nada: pagou o seu justo preço, nem um centavo a mais, nem um centavo a menos; do mesmo modo ele comprou a minha força de trabalho, pagando seu justo preço de R\$ 100,00 por dia.

Então, continua pensando o nosso fiandeiro, ele só pode ganhar vendendo o fio acima do seu valor. Não pode vir de outra coisa; ele nunca perderia tempo e energia, gastando 3.500 reais, para depois de tudo receber os mesmíssimos 3.500 reais. Oh! Como são os patrões! A nós, trabalhadores, traquejados no mercado, ele não tem como disfarçar... E esses patrões têm ainda a mania de bancarem honestos na frente dos trabalhadores... mas é um roubo vender uma mercadoria por mais do que ela vale; é vendê-la com peso falso, um quilo de novecentos gramas. Isso é proibido por lei! É roubo! As autoridades vão ter que fechar suas fábricas. Vai ser bom! Em seu lugar, construiremos grandes fábricas públicas, onde nós produziremos as mercadorias de que precisamos.

Assim, fantasiando, o operário chega em casa. Após jantar, se enfia na cama e adormece profundamente, sonhando com o desaparecimento dos capitalistas da face da terra e com as grandes fábricas públicas.

Dorme, pobre amigo, dorme enquanto te resta uma esperança. Dorme em paz, que os dias de desengano não tardarão a chegar. Mais cedo do que pensas, vais entender por que os capitalistas podem perfeitamente vender sua mercadoria com lucro, sem para isso precisar enganar a ninguém. Ele mesmo te mostrará como pode se tomar capitalista e mesmo um grande capitalista, sem perder um fio de honorabilidade. Então, o teu sono não será mais tão tranqüilo assim. Verás, em tuas noites, o capital, como um pesadelo, que te oprime e ameaça sufocar-te. Com os olhos aterrorizados, vais vê-lo crescer, como um monstro com cem dentes de vampiro penetrando nos poros de teu corpo, para chupar o teu sangue. Tomando proporções desmesuradas e gigantescas, de sombrio e terrível aspecto, com olhos e boca de fogo, vais vê-lo transformando suas garras em uma enorme tromba aspirante em que vão desaparecendo milhares de seres humanos: homens, mulheres, crianças. De tua frente corre agora um suor de morte, porque o monstro está se aproximando, para agarrar a ti, tua mulher e teus filhos. Mas teu último gemido será abafado pelo riso apavorante do monstro, satisfeito em sua gula. Quanto mais próspero, mais desumano...

Voltemos ao nosso homem de dinheiro.

Este burguês, modelo de exatidão e ordem, acertou toda a sua conta do dia; vejam como ele calculou o preço dos seus dez quilos de fio:

10 quilos de algodão a 300 reais o quilo	3.000,00
O consumo das ferramentas de trabalho	400,00

Mas, quanto ao terceiro elemento, que entrou na formação de sua mercadoria, que é o salário pago ao operário, ele nada assinalou, isso porque conhece muito bem a diferença que há entre o preço da força de trabalho e o preço do produto da força de trabalho. O salário de uma jornada representa o necessário para manter um operário 24 horas, mas não representa de fato o que operário produziu em uma jornada de trabalho. O nosso homem do dinheiro sabe perfeitamente que os 100 reais de salário que ele paga representam a manutenção de seu operário por vinte e quatro horas e não o que este produziu nas doze horas de trabalho em sua fábrica. Ele sabe tudo isso, exatamente como o agricultor sabe a diferença que existe entre o que é a manutenção de uma vaca com seus currais, alimentação etc., e o que essa vaca produz em termos de leite, queijo, manteiga etc.

A força de trabalho tem a propriedade singular de render mais do que custa e é por isso que o homem do dinheiro foi buscá-lo no mercado e o operário não pode reclamar, porque ele pagou o justo preço pela sua mercadoria. A lei das trocas foi rigorosamente observada. Além do que, o operário não tem que se meter no uso que o comprador fará de sua mercadoria, do mesmo modo que o dono do armazém nada tem a ver com o uso que seu freguês dá as mercadorias que vende.

Páginas atrás, supusemos que em 6 horas de trabalho se produzem 15 gramas de prata, equivalentes a 100 reais. Ora, se em 6 horas a força de trabalho produz um valor de 100 reais, em 12 horas produzirá, portanto, um valor de 200 reais. Assim, o valor dos 10 quilos de fio passa a ser calculado desse modo:

pelos 10 quilos de algodão cru, a 300 reais por quilo	3.000,00
pelo consumo dos meios de trabalho	400,00
pelas 12 horas da força de trabalho	200,00
Total	3.600,00

O homem do dinheiro, depois de ter gasto 3.500 reais, obteve uma mercadoria que vale 3.600 reais. Conseguiu, portanto, embolsar 100 reais. O seu dinheiro deu cria; pronto, resolvemos o problema: o capital acaba de nascer.

Capítulo III

A JORNADA DE TRABALHO

Nem bem nasceu, o capital sente a necessidade imediata de alimento para se desenvolver. E o capitalista, que vive somente para a vida do capital, preocupa-se atentamente com as suas necessidades deste ser, tornando-se o seu coração e sua alma, sabendo como alimentá-lo.

O primeiro meio empregado pelo capitalista em benefício do seu capital é o prolongamento da jornada de trabalho. Obviamente, a jornada de trabalho tem seus próprios limites. Antes de mais nada, um dia não tem mais do que 24 horas. Dessas vinte e quatro já se tem que eliminar umas tantas, pois o operário precisa fazer suas necessidades físicas e espirituais: dormir, comer, descansar para criar nova força, ler, passear etc. Fala Marx:

Mas estes limites são, por si mesmos, muito elásticos e deixam muito espaço para manobra. Assim, encontramos jornadas de trabalho de 6, 10, 12, 14, 16 e 18 horas, ou seja, das mais variadas durações e o capitalista comprou a força de trabalho pelo seu valor diário. Com isto, ele adquiriu o direito de fazer trabalhar, durante todo um dia, o trabalhador que está a seu serviço. Mas, o que é afinal um dia de trabalho? Em todos os casos, é menor do que um dia natural. Mas, de quanto? O capitalista tem a sua própria maneira de ver a questão sobre o limite necessário da jornada de trabalho. O tempo durante o qual o operário trabalha, é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho, que ele comprou do operário. Se o assalariado consome o tempo que tem disponível para si mesmo, ele está roubando o capitalista. O capitalista não se apóia em outra coisa que não seja a lei das trocas das mercadorias. Ele, como todo comprador, procura tirar da mercadoria, do seu valor de uso, maior benefício possível. Mas, eis que o operário levanta e diz:

A mercadoria que te vendi se distingue de todas as outras mercadorias, porque o seu uso cria valor, e um valor maior do que seu própria custo. E é por isso que a compraste. O que para ti parece ser crescimento de capital, para mim é excesso de trabalho. Tu e eu não conhecemos outra lei, que não seja a da troca das mercadorias. O consumo da mercadoria não pertence ao vendedor, que a aliena, mas ao comprador, que a adquire. O uso de minha força de trabalho te pertence, pois. Mas com o preço diário de sua venda, eu devo todos os dias poder reproduzi-la, para vendê-la de novo. Tirando a idade e outras causas naturais de desgaste, preciso amanhã estar tão forte e capaz como hoje, para retomar o meu trabalho com a mesmíssima força. Tu me pregas constantemente o evangelho da "economia" e da "abstinência". Tai! Quero ser um administrador sábio e inteligente para economizar a minha única fortuna: a minha força de trabalho; devo abster-me, portanto, de qualquer esbanjamento. Quero diariamente, colocá-la, em movimento, pô-la a trabalhar, enfim, gastá-la apenas quando for compatível com sua duração normal e seu desenvolvimento natural. Além do que, com um prolongamento na jornada de trabalho, podes em um só dia mobilizar uma quantidade tão grande de minha força de trabalho que não vou poder repô-la nem com três jornadas. O que ganhas em trabalho, eu perco em substância. Presta, pois muita atenção: o emprego da minha força de trabalho e do desfrute são duas coisas distintas, muito distintas. Se eu, como operário vivo em média 30 anos, trabalhando num ritmo médio razoável, e tu consumes a minha força de trabalho em dez anos, tu não me pagas mais que um terço do seu valor diário; portanto, roubas de mim, todos os dias, dois terços de minha mercadoria. Exijo, pois, uma jornada de trabalho de duração normal, e exijo sem apelar para seu coração porque em negócios não se põe sentimento. Tu podes ser um burguês modelo; até pertencer à Sociedade Protetora dos Animais e, ainda por cima, exalar cheiros de santidade... Pouco importa o que representas. És inteiramente estranho aos interesses do meu coração. Exijo a jornada normal, porque quero o valor da minha mercadoria como qualquer vendedor.

Como se vê, estamos entre limites muito elásticos e a natureza mesma da troca não impõe nenhum limite à jornada de trabalho. O capitalista mantém seu direito como

comprador, quando procura prolongar a jornada de trabalho o máximo possível e tentando fazer de dois dias um só. Por outro lado, a natureza especial da mercadoria vendida exige que o seu consumo pelo comprador não seja ilimitado, e o trabalhador mantém o seu direito como vendedor, quando quer restringir a duração da jornada de trabalho a uma duração normalmente determinada. Direito contra direito, entre o capitalista e o trabalhador, de acordo com a lei de troca das mercadorias, há um empate. E, o que decide entre dois direitos iguais? A força.

Como se emprega essa força, que hoje é toda do capital e para o capital, nos dirão os fatos que agora exporemos. O que vamos contar neste livro são quase todos os episódios do capital na Inglaterra. Em primeiro lugar porque foi este o país em que a produção capitalista chegou ao máximo de seu desenvolvimento; e, em segundo lugar, porque somente na Inglaterra encontramos um material adequado de documentos, falando das condições de trabalho e recolhidos por obra de comissões governamentais, instituídas para este fim. Os modestos limites deste manual não nos permitem, entretanto, reproduzir mais do que uma pequena parte do rico material recolhido na obra de Marx.

Eis aqui alguns dados de uma pesquisa feita em 1860 e 1863, na indústria de cerâmica: W. Wood, de nove anos, tinha 7 anos e meio quando começou a trabalhar. Wood trabalhava todos os dias da semana, das 6 da manhã até às 9 da noite, ou seja 15 horas por dia. J. Murray, de 12 anos, trabalhava em numa fábrica, trazendo as fôrmas e girando uma roda. Ele começava a trabalhar às seis da manhã, às vezes quatro; seu trabalho era prolongado de tal modo, que muitas vezes entrava pela manhã seguinte adentro. E isto em companhia de outros 8 ou 9 meninos que eram tratados do mesmo modo que ele. O médico Charles Parsons assim escreveu a um comissário do governo:

"Falo com base nas minhas observações pessoais e não sobre dados estatísticos. Não posso esconder minha revolta ao ver o estado destas pobres crianças, cuja saúde é sacrificada por um trabalho excessivo, para satisfazer a cobiça dos seus pais e de seus patrões".

Ele enumera ainda vários casos de doenças e conclui a relação com a causa principal: *as longas horas de trabalho.*

Nas fábricas de fósforos, a metade dos trabalhadores eram crianças com menos de 13 anos, e adolescentes com menos de 18. Somente a parte mais pobre da população cede seus filhos a esta indústria tão insalubre e imunda. Entre as vítimas interrogadas pelo comissário White, 270 não tinham mais que 18 anos; 40 tinham menos dez anos; 12 de oito anos de idade e 5 de apenas seis anos. A jornada de trabalho nessas fábricas variava entre 12, 14 e 15 horas. Eles trabalhavam durante a noite e comiam em horas incertas, quase sempre no mesmo local de produção, tudo empestado pelo fósforo.

Nas fábricas de tapete, nas épocas de grande movimento, como nos meses que antecedem o Natal, o trabalho durava, quase sem interrupção, das seis da manhã até às dez da noite; às vezes, também até altas horas da noite. No inverno de 1862, de 19 meninas, 6 contraíram doenças por 'causa do excesso de trabalho. Para mantê-las acordadas durante o trabalho era necessário estar sempre gritando e sacudindo-as. As meninas viviam tão cansadas que não podiam manter os olhos abertos. Um operário depôs à Comissão de Inquérito nestes termos:

"Este meu garoto, quando tinha 7 anos de idade, eu o levava às costas, por causa da neve, da casa para fábrica, da fábrica para casa. Meu garoto trabalhava normalmente 16 horas por dia. Muitas vezes tive de me ajoelhar para alimentá-lo enquanto ele estava na máquina, porque nem podia abandoná-la, nem desligá-la".

Pelos fins de junho de 1863, os jornais de Londres destacavam em suas manchetes a morte de uma modista de 20 anos, por excesso de trabalho. Ela morrera nas dependências da manufatura em que trabalhava. A jornada de trabalho nessa manufatura era de 16 horas e meia por dia. Entretanto, por causa de um baile no palácio do governo, para quem a empresa executava as encomendas, suas operárias, tiveram que trabalhar 26 horas e meia, sem parar. Eram 60 moças que trabalhavam em péssimas condições, espremidas no reduzido espaço da oficina. A modista das manchetes do dia seguinte, além disso, dormia em um quarto muito estreito e sem ventilação. Ela morrera antes de concluir sua jornada

de trabalho. O médico chegou tarde demais. Em seu laudo, além de observar as condições de trabalho das costureiras, assinalou a *causa mortis*: excesso de trabalho.

Em uma das regiões mais populosas de Londres, morriam, anualmente, 31 entre cada 1.000 serralheiros. E o que pode ter a natureza humana contra essa profissão? Nada! Mas o excesso de trabalho tornou-a destrutiva para o homem.

Assim, o capital tortura o trabalho, o qual, depois de muito sofrer, procura, finalmente, defender-se. Os trabalhadores se organizam e exigem que o Estado determine uma duração para a jornada de trabalho. E o que se pode esperar disso? Resposta fácil, considerando que a lei é feita e aplicada pelos mesmos capitalistas: os operários deverão estar sempre atentos às medidas tomadas pelos patrões e unidos para protegerem as suas vidas.

Capítulo IV

A MAIS-VALIA RELATIVA

A força de trabalho, produzindo um valor maior do que ela vale, isto é, uma *mais-valia*, gerou o capital; aumentando ainda esta mais-valia através do prolongamento da jornada de trabalho, conseguiu o capital o alimento suficiente para a sua primeira idade.

O capital vai crescendo e a mais-valia precisa ir aumentando para satisfazer essa crescente necessidade. Mas, aumento de mais-valia, como vimos até agora, não quer dizer outra coisa que prolongamento da

jornada de trabalho. É claro que essa jornada tem o seu limite natural, por mais elástica que seja essa duração. Por mais reduzido o tempo que o capitalista deixa ao trabalhador para que ele satisfaça as suas prementes necessidades, a jornada de trabalho será sempre menor que 24 horas. Portanto, a jornada de trabalho tem um limite natural, e a mais-valia, por conseguinte encontra um obstáculo intransponível. Indiquemos a jornada de trabalho com a linha AB:

A D C B

A letra A nos indica o princípio, e B o fim, o limite natural que não se pode ultrapassar. Seja AC a parte da jornada na qual o operário produz o valor do salário recebido e CB a parte da jornada em que o operário produz a mais-valia. Como vimos, o nosso fiandeiro recebendo 100 reais de salário, com uma metade da sua jornada reproduzia o valor do seu salário, e com a outra metade produzia 100 reais de mais-valia. O trabalho AC, com o qual se produz o valor do salário, chama-se trabalho necessário, enquanto o trabalho CB, que produz a mais-valia, chama-se trabalho excedente ou sobretrabalho. O capitalista está interessado no sobretrabalho, porque é ele que cria a mais-valia. O sobretrabalho prolonga a jornada de trabalho, a qual encontra o seu limite natural B, representando um obstáculo intransponível para o sobretrabalho e para a mais-valia. E agora, o que fazer? O capitalista encontra logo o remédio. Ele observa que o sobretrabalho tem dois limites, um B - o fim da jornada; o outro é C - quando acaba o tempo de trabalho necessário. O limite B é irremovível: o capitalista não pode criar um dia com mais de 24 horas. Mas o mesmo não acontece com o limite C. Diminuindo o tempo de trabalho necessário C, recuando-o até o ponto D, o sobretrabalho CB aumenta a sua extensão no mesmo tanto representado em DC, que corresponde exatamente à diminuição do trabalho necessário AC. A mais-valia encontra, assim, uma forma de continuar crescendo; agora, não mais de modo absoluto, isto é, simplesmente prolongando a jornada de trabalho. A partir desse momento, a mais-valia cresce em relação ao aumento do sobretrabalho e à correspondente diminuição do tempo de trabalho necessário. No primeiro tipo de exploração, que chamamos de mais-valia absoluta, o patrão esticava a jornada de trabalho de 10 para 12 horas; no segundo tipo de exploração, que chamamos de mais-valia relativa, o capitalista a embolsa, diminuindo o tempo de trabalho necessário.

O fundamento da mais-valia relativa é a diminuição do trabalho necessário. A diminuição do trabalho necessário se fundamenta na diminuição do salário; a diminuição do salário se fundamenta, por sua vez, na diminuição do preço dos produtos necessários ao trabalhador; portanto, a mais-valia relativa é fundamentada no barateamento das mercadorias que servem ao operário.

Alguém está se perguntando agora, se não haveria um jeito mais simples para o capitalista arrancar a mais-valia relativa, se ele, por exemplo, ao comprar a mercadoria do trabalhador, ou seja, a sua força de trabalho, lhe pagasse um salário menor do que lhe cabe; isto é, não lhe pagasse o justo preço de sua mercadoria.

De fato, esse expediente é muito usado. Mas, aqui, só vamos considerar a lei de trocas em toda a sua pureza: todas as mercadorias incluindo a força de trabalho - devem ser vendidas e compradas pelo seu justo valor. E, além disso, o nosso capitalista é um burguês absolutamente honesto, jamais usará de qualquer meio para fazer crescer o seu capital que não seja inteiramente digno dele.

Suponhamos que em uma jornada de 12 horas um operário produza 6 unidades de uma mercadoria. O capitalista vende essas unidades pelo preço de R\$ 75,00, porque no valor dessa mercadoria entram R\$ 15,00 gastos em matéria-prima e meios de trabalho e mais R\$ 60,00: R\$ 30,00 pelo salário de 12 horas de trabalho e R\$ 30,00 de mais-valia, porque ele desembolsou, por cada uma, R\$ 7,50, vendendo depois a R\$ 12,50 por unidade. Agora, suponhamos que, graças a um novo sistema de trabalho ou simplesmente com o aperfeiçoamento do antigo, a produção se duplique: em vez de 6 unidades por dia, o capitalista recebe 12. Se antes, em 6 unidades, ele desembolsava R\$ 15,00 em matéria-prima e meios de trabalho, em 12 unidades serão necessários R\$ 30,00 ou R\$ 2,50 por cada uma. Estes R\$ 30,00 são acrescentados aos R\$ 60,00, produto da força de trabalho em 12 horas, totalizando, portanto, R\$ 90,00, que é o preço dos 12 artigos, vendidos ao preço unitário de R\$ 7,50.

No mercado de hoje, portanto, o capitalista precisa de um espaço maior para vender o dobro de sua mercadoria, o que ele consegue vendendo-a um pouco mais barato. Em outras palavras, o capitalista tem a necessidade de encontrar uma razão pela qual suas mercadorias possam ser vendidas em quantidade duas vezes maior do que antes; e a razão ele encontra, lógico, na baixa de preço.

Ele venderá os seus artigos a um preço menor do que R\$ 12,50, que era o seu preço anterior, mas mais caro que R\$ 7,50. Que é o valor de hoje de cada um. Digamos que o venda a R\$ 10,00 e já terá assegurado o dobro: R\$ 60,00 - foi quanto lucrou com a venda de seus produtos - dos quais 30 reais são de mais-valia e os outros 30 ele conseguiu da diferença entre o seu valor real e o preço pelo qual foram vendidos.

Como vêem, o capitalista não dorme no ponto, tirando grande proveito do aumento da produção. Todos os capitalistas são altamente interessados em aumentar a produção de suas indústrias, como acontece hoje em dia em quase todos os ramos da produção. Mas aquele lucro extra que ele retirava da diferença entre o valor da mercadoria e o seu preço de venda dura pouco; o novo ou aperfeiçoado sistema de produção passa a ser adotado, necessariamente, pelos outros capitalistas. Resultado: o valor da mercadoria cai pela metade. Antes, cada artigo valia R\$ 12,50 e agora vale R\$ 6,25. Mas o capitalista continua tendo o mesmo lucro, apenas dobrando a produção. Antes, 30 reais de mais-valia em 6 unidades; hoje, a mesma mais-valia, R\$ 30,00, entretanto em 12 unidades. Mas como os 12 artigos foram produzidos no mesmo tempo em que eram produzidos os 6 artigos, isto é, em 2 horas de trabalho, tem-se sempre 30 reais de mais-valia em uma jornada de 12 horas, mas o dobro da produção.

Quando este aumento de produção atinge os produtos necessários ao trabalhador e sua família, cai o preço da força de trabalho e com isso diminui também o tempo de trabalho necessário, aumentando o sobretrabalho, que constitui a mais-valia relativa.

Capítulo V

COOPERAÇÃO

Vamos deixar um pouco de lado nosso capitalista, a esta altura, próspero e rico. Vamos para sua fábrica e lá teremos o prazer de rever nosso amigo, o fiandeiro. Venham aqui, juntos. Pronto, já entramos.

Púúúú... quanto operário! Não é somente um, mais muitos e em pleno trabalho. Todos em silêncio e ordenados, assim como se fossem soldados. Parecendo oficiais, lá estão apontadores chefes que passeiam no meio deles, dando ordens e vigiando o cumprimento file do trabalho. Do capitalista nem sombra. Êi! Espere! Estão abrindo aquela porta de vidro! Quem sabe é o patrão... Vamos dar uma espiada. O tipo tem mesmo muita figura, é muito sério também, mas não é o patrão, não é o capitalista. Pssiu... (Alguns subordinados se aproximam do homem; todos solícitos, ouvem suas ordens com a máxima atenção.) Trimm! Trimm! Telefone! A secretária atendeu e agora está comunicando ao senhor diretor que o patrão chama imediatamente para uma reunião. Bem, mas onde está o fiandeiro, nosso velho conhecido? Como encontra-lo no meio de tantos operários?

Ah! Lá está ele! Ali no canto, inteiramente concentrado no seu trabalho. Nossa! Como emagreceu! E vejam como está pálido! E que tristeza é aquela? Nem parece o mesmo homem que vimos no mercado a tratar, de igual para igual, a venda de sua força de trabalho com o homem do dinheiro... Mas, nada de comiserações! Hoje ele é um operário como outro qualquer. Como muitos de seus colegas, ele é oprimido por uma jornada de trabalho cavalgar, enquanto o homem do dinheiro tornou-se um grande capitalista e vive agora como um deus, lá no alto de seu Olimpo, de onde manda suas ordens através de um verdadeiro séquito de intermediários.

Mas, afinal, o que aconteceu? Nada mais simples. O capitalista prosperou, teve sucesso. O capital cresceu e muito. E, para satisfazer as suas novas necessidades, o capitalista estabeleceu o trabalho cooperativo, que é o trabalho realizado com a união de muitas forças. Naquela fábrica, que antes empregava uma só força de trabalho, hoje atuam muitas forças de trabalho em cooperação. O capital saiu de sua infância e se apresenta, pela primeira vez, como o seu verdadeiro aspecto.

E que vantagens o capital leva na cooperação?

Pelo menos quatro:

a) Primeira vantagem: na cooperação, o capital tem a vantagem de realizar a verdadeira força de trabalho social. Já vimos: força de trabalho social é a força média entre um número de operários, trabalhando com um grau médio de habilidade e intensidade, em um determinado centro de produção. Um operário sozinho pode ser mais hábil ou menos hábil do que a força de trabalho média ou social, e esta só pode ser medida juntando, na fábrica, um grande número de forças de trabalho, trabalhando em cooperação, uma com as outras.

b) A segunda vantagem está na economia dos meios de trabalho. O mesmo prédio, as mesmas instalações etc., que antes serviam apenas a um, hoje servem para muitos operários.

c) Terceira vantagem: é o aumento da força de trabalho: O poder de ataque de um esquadrão de cavalaria ou o poder de resistência de um regimento de infantaria difere essencialmente da soma de forças individuais de cada cavalariano ou de cada infante. Do mesmo modo, a soma das forças mecânicas dos trabalhadores isolados difere da força social que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente, na mesma operação indivisa, por exemplo, quando é necessário levantar uma carga, girar uma pesada manivela ou remover um obstáculo.

d) A quarta vantagem é a possibilidade de combinar a união de forças de trabalho para a

execução de trabalhos que uma força isolada jamais conseguiria, e se tentasse o faria de modo muito imperfeito. Quem ainda não viu como 50 operários, em apenas uma hora, podem transportar uma carga enorme, enquanto uma única força de trabalho não conseguiria, nem mesmo em 50 horas, mover um milésimo dessa carga? Quem não viu ainda, numa construção, como 12 operários dispostos em fila transportam em uma hora uma quantidade de tijolos imensamente maior do que um só operário conseguiria em 12 horas? Quem não sabe que 20 pedreiros fazem em um dia o trabalho que um trabalhador isolado não faria em 20 dias?

A cooperação é o modo fundamental da produção capitalista. Conclui Marx, encerrando mais este capítulo.

CAPÍTULO VI

DIVISÃO DO TRABALHO E MANUFATURA

Quando um capitalista reúne na sua fábrica os operários e cada um executa as diferentes operações que criam a mercadoria, ele dá à cooperação simples um caráter todo especial: ele estabelece a divisão do trabalho e a manufatura. A manufatura nada mais é do que um mecanismo de produção cujos órgãos são os seres humanos.

Embora a manufatura se baseie sempre na divisão do trabalho, ela tem uma dupla origem: em alguns casos, a manufatura reuniu na mesma fábrica os diversos ofícios necessários à produção de uma mercadoria; estes ofícios estavam antes, como todas as atividades artesanais, separados e divididos entre si. Em outros casos, a manufatura dividiu as diferentes operações de um trabalho que antes formavam um todo na produção de uma mercadoria, e juntou-as na mesma fábrica.

Por exemplo, uma carruagem, dessas que a gente vê no cinema, era o produto global dos trabalhos de numerosos artesãos independentes como o carpinteiro, o estofador, o costureiro, o serralheiro, o torneiro, o vidraceiro, o pintor, o envernizador, o dourador, etc. A manufatura de carruagens reuniu todos esses diferentes artífices numa mesma fábrica, onde trabalham simultaneamente, colaborando um com o outro. Não se pode dourar uma carruagem antes de estar pronta; se, porém, muitas carruagens são feitas ao mesmo tempo, umas podem ser douradas enquanto outras se encontram em outra fase do processo de produção. A fabricação da agulha, por exemplo, foi dividida pela manufatura em mais de 20 operações parciais, que agora fazem parte do processo de fabricação total dessa agulha. A manufatura, portanto, ora reuniu vários ofícios em um só, ora dividiu um mesmo ofício em muitos.

A força e os instrumentos de trabalho foram também multiplicados pela manufatura, mas ela os tornou terrivelmente técnicos e simples porque foram reduzidos a uma única e invariável operação elementar.

São as grandes vantagens que o capital realiza na manufatura ao determinar essas tarefas elementares e repetitivas para diferentes forças de trabalho, pois a força de trabalho ganha muito em intensidade e precisão. Todos aqueles poros, aqueles pequenos intervalos diferentes entre as diferentes fases de um processo de elaboração de uma mercadoria que a gente encontrava no trabalhador isolado, desaparecem, quando, agora, esse mesmo trabalhador executa sempre a mesma operação. O trabalhador daqui para frente não precisa mais passar anos a fio aprendendo um ofício, pois essa operação ele aprende em muito pouco tempo. Esta diminuição de custos e de tempo é também uma diminuição de coisas necessárias ao trabalhador, ou seja, uma diminuição de tempo de trabalho necessário para a sua reprodução e um aumento correspondente de sobre-trabalho e mais valia. O capitalista, pois, verdadeiro parasita, às custas do trabalho alheio, cada vez mais

rico e o trabalhador, por isso, sofrendo cada vez mais.

Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma monstruosamente o trabalhador, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele e o sebo.

Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado em instrumento automático de um trabalho parcial, tornando-se realidade, assim, a fábula absurda do patrício romano Menenius Agrippa, em que o ser humano aparece representado por um único fragmento de seu próprio corpo, o estômago. Dugald Stewart chama os trabalhadores de manufatura autômatos vivos, empregados na fração de um trabalho.

Originariamente, o trabalhador vendia sua força de trabalho ao capital por lhe faltarem os meios materiais para produzir uma mercadoria. Agora, sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital; para poder funcionar, ela necessita daquele centro social que só existe na fábrica do capitalista. O povo eleito trazia escrito na testa que era propriedade de Jeová; do mesmo modo, a divisão do trabalho ferreteia o trabalhador com a marca de seu proprietário: o capital. Storch dizia: "o operário que domina um ofício completo pode trabalhar por toda a parte para se manter, o outro, o da manufatura, é quase apenas um acessório e, separado de seus colegas de trabalho, não tem capacidade, nem independência, sendo forçado a aceitar a norma que lhe querem impor".

As forças intelectuais da produção – continua Marx – se tornam bitoladas, ao se desenvolverem em apenas um sentido, tolhidas em tudo que não se enquadre em sua unilateralidade. O que esses trabalhadores parciais perdem, se concentra no capital que com eles se confronta. As forças intelectuais da produção material, com a divisão manufatureira do trabalho, aparecem ao operário como propriedades de outros e como poder que os domina. Esse processo de dissociação já começa com a cooperação simples, em que o capitalista representa para o trabalhador isolado a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Na manufatura, esse processo se desenvolve e mutila o trabalhador a ponto de reduzi-lo a uma partícula de si mesmo. Na indústria moderna, temos o processo completo, perfeito, que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho e que a recruta para servir ao capital.

Na manufatura, o enriquecimento do trabalho coletivo e, por isso, do capital, em forças produtivas sociais, realiza-se às custas do empobrecimento da força produtiva do trabalhador individual.

"A ignorância", diz Ferguson, "é a mãe da indústria como é da superstição. O raciocínio e a imaginação estão sujeitos a erros; mas o hábito de mover o pé ou a mão não depende nem de um, nem da outra. Por isso, as manufaturas prosperam mais onde se requer menos inteligência, de modo que, não tendo necessidade de forças intelectuais, a fábrica pode ser considerada como uma máquina cujas peças são os seres humanos".

Marx, para ilustrar o caso desse trabalhador mutilado, nos fala de algumas manufaturas que, em meados do século XVIII, empregavam de preferência indivíduos meio idiotas, em certas operações simples, mas que eram segredos de fabricação.

Smith disse sobre a imbecilidade do trabalhador parcial: "a inteligência da maior parte dos homens se forma necessariamente no decorrer de sua ocupação do dia-a-dia. Um homem, que passa toda a vida a executar um pequeno número de operações simples, não tem nenhuma condição desenvolver a sua inteligência, nem de exercitar a sua imaginação... Ele se torna, em geral, tão estúpido e ignorante quanto uma criatura humana pode vir a sê-lo". E, continua Adam Smith: "A uniformidade da vida estacionária corrompe naturalmente o ânimo desse trabalhador... Chega mesmo a destruir a energia de seu corpo, tornando-o

incapaz de empregar suas forças com vigor e perseverança em qualquer outra tarefa que não seja aquela para que foi adestrado. Assim, sua habilidade em seu ofício particular parece adquirida com o sacrifício de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. E em toda sociedade desenvolvida e civilizada, esta é a condição a que ficam necessariamente reduzidos os pobres que trabalham, isto é, a grande massa do povo”

Para remediar esta degeneração completa que resulta da divisão do trabalho, Adam Smith receita em doses prudentemente homeopáticas o ensino popular pago pelo Estado. Essa idéia de Smith, que era um inglês, foi combatida com coerência pelo seu tradutor e comentador francês, G. Garnier, que, no primeiro império francês, encontrou as condições naturais para se transformar em senador. Segundo esse sujeito, a instrução popular é contrária às leis da divisão do trabalho e adotá-la seria o mesmo que acabar com todo o nosso sistema social. Vejam como ele se expressou:

“Como todas as outras divisões do trabalho, a que existe entre o trabalho mecânico e o trabalho intelectual se torna mais acentuada e mais evidente à medida que a sociedade (e esse Garnier chama de “sociedade” o Estado com a propriedade de terra, o capital etc.) se torna mais rica. Como qualquer outra divisão do trabalho, esta é a conseqüência de progressos passados e causa de progressos futuros... Deve então o governo contrariar essa divisão e retardar sua marcha natural? Deve empregar uma parte da receita pública para confundir e misturar duas espécies de trabalho que tendem por si mesmas a se separar?”.

“A arte de pensar, num tempo em que tudo está separado, pode mesmo se constituir em um ofício à parte”, escreveu Ferguson.

Certa deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão do trabalho na sociedade. Mas, como o período manufatureiro leva muito mais longe a divisão social do trabalho e, como sua divisão peculiar, ataca o individuo em suas raízes vitais, é esse período que primeiro fornece o material e o impulso para a patologia industrial. Ramazzini, professor de medicina prática em Pádua, Itália, publicou em 1713 a sua obra *De Morbis Artificum* (Da morte artificial), sobre doenças entre artesãos. A lista de doenças que atingem o operário foi, naturalmente, muito aumentada com a indústria moderna, como demonstram os escritores que vieram depois dele: Dr. A. L. Fonterel, Paris, 1858; Eduardo Reich, Erlangen, 1868 e outros, além de uma pesquisa muito importante encomendada pela Sociedade de Artes e Ofícios, em 1854, na Inglaterra, sobre a saúde pública.

“Subdividir um homem é executá-lo, se merece a pena de morte; é assassiná-lo se não a merece. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo”, afirmou D. Urquhart, em 1855.

Hegel, um dos grandes pensadores na história da filosofia, tinha opiniões muito hieráticas, muito idealistas, sobre a divisão do trabalho. Vejam como ele colocou o problema em sua obra, *Filosofia do Direito*: “por homem culto entendemos, em primeiro lugar, aquele que é capaz de fazer tudo o que os outros fazem”.

Botando as coisas no chão, na sua realidade vamos concluir mais este capítulo, com essas palavras de Marx:

“A divisão do trabalho, em sua forma capitalista, não é mais do que um método particular de produzir a mais-valia, ou de fazer aumentar, à custa do operário, os lucros do capital – é o que chamam de riqueza nacional. Às custas do trabalhador, desenvolve-se a força coletiva do trabalho em prol do capitalista. Criam-se novas condições para assegurar a dominação do capital sobre o trabalho. Essa forma de divisão do trabalho é uma fase necessária na formação econômica da sociedade, é um meio civilizado e refinado de exploração!”

CAPÍTULO VII

MÁQUINA E GRANDE INDÚSTRIA

Em seu livro, *Princípios de Economia Política*, John Stuart Mill escreveu: “Resta ainda saber se as invenções mecânicas realizadas até agora aliviaram o trabalho diário de algum ser humano”.

Besteira desse Mill. Em primeiro lugar, essa não é intenção do capital, quando emprega uma máquina. Como qualquer desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, a máquina, na produção capitalista, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do sai de trabalho na qual o operário trabalha para si mesmo e, com isso, prolongar a outra jornada de trabalho que ele dá gratuitamente para o capitalista. A máquina é um método de fabricar a mais-valia relativa.

Em segundo lugar, ainda em relação à frase de Mill, ele deveria ter dito: “de algum ser humano... que não viva do trabalho alheio”. As máquinas aumentaram, com certeza, o número dos ricos ociosos.

Mas, quem é que pensa alguma vez no trabalhador? Se o capitalista se preocupa com ele, é somente para estudar uma forma de sugá-lo melhor. O operário vende sua força de trabalho e o capitalista a compra, como única mercadoria que, criando mais-valia, faz nascer e crescer o capital. O capitalista por outro lado, só se ocupa em fabricar sempre mais e mais mais-valia. Depois de ter exaurido a mais-valia absoluta, encontrou a mais-valia relativa. Agora ele sabe: com as máquinas, ele pode obter, ao mesmo tempo, um produto duas, quatro, dez, muitíssima vezes maior do que antes. E o que é que esse moço religioso, honesto e, ainda por cima, amigo da tecnologia avançada pode fazer? Impor as máquinas para seus trabalhadores! A cooperação, a manufatura, se transforma assim na grande indústria moderna e a sua oficina na fábrica, propriamente dita.

Depois de ter mutilado e estropiado o trabalhador com a divisão do trabalho; depois de tê-lo limitado a uma única e maçante operação, o capitalista vai agora nos oferecer um espetáculo mais triste ainda. Ele arrancou das mãos do trabalhador as ferramentas que lhe restavam, liquidando, assim, as únicas recordações de seu antigo ofício, de seu antigo estado de homem completo, e o amarra à máquina. Agora, o operário virou escravo da máquina, exatamente como o capitalista, precisa dele.

Com a introdução da máquina, o capitalista tem imediatamente um enorme lucro; recordando o que dissemos da mais-valia relativa, a gente compreende logo o por quê. Mas com a generalização do sistema de produção mecânica aquele lucro extra, acaba, restando apenas o aumento da produção, que, como resultado geral dessa generalização, diminui o valor das mercadorias necessárias ao trabalhador, o tempo de trabalho necessário e também os salários. O que aumenta é o sobre-trabalho e, com ele, a mais-valia.

O capital se compõe de uma parte constante e de uma parte variável. Chamamos de capital constante aquela parte que é representada pelos meios de trabalho e pelo material de trabalho (matéria prima). O prédio da fábrica, suas instalações, os instrumentos de trabalho, mesmo os uniformes, com capacetes de segurança e tudo; o material auxiliar como a graxa, o carvão, o óleo, a energia elétrica, etc.; a matéria de trabalho, como o ferro, o algodão, a seda, a prata, a madeira, o plástico, etc., são coisas que fazem parte do capital constante. O capital variável é aquela parte representada no salário, isto é, no preço da força de trabalho. O primeiro é chamado de constante porque seu valor, que entra no preço da mercadoria, não se altera, permanecendo constante. O segundo é chamado de variável porque o seu valor aumenta, e esse aumento entra também no valor da mercadoria. *É só o capital variável que cria a mais-valia.* E a máquina, como não pode deixar de ser, faz parte do capital constante.

Do mesmo modo que o capitalista lucrou de uma massa de forças naturais, ele se propõe,

na indústria moderna, a lucrar de uma massa enorme de trabalho morto e de graça. Mas, para alcançar seu objetivo, necessita ter todo um mecanismo, que se comporá de matéria mais ou menos custosa e que sempre absorverá certa quantidade de trabalho. Certamente, o capitalista não comprará a força do vapor, nem a propriedade motriz da água e do ar, claro também não comprará as descobertas e suas aplicações mecânicas e o aperfeiçoamento dos instrumentos de um ofício. Isso ele pode usar quando quiser, sempre que quiser, sem a menor despesa. Agora, o que o capitalista precisa é encontrar um mecanismo capaz de aproveitar tudo isso. A máquina entra então como meio de trabalho, como parte do capital constante, ela passa a entrar no valor da mercadoria em uma proporção que está em razão direta com o seu próprio desgaste e do consumo de suas matérias auxiliares, como carvão, graça, etc., e em razão inversa ao valor da mercadoria. Isto quer dizer que, na produção de uma mercadoria, quanto mais se faz o uso da máquina e de suas matérias auxiliares, maior é a parte de seu valor que passa à mercadoria: enquanto que, ao contrário, quanto maior o valor da mercadoria para a qual a máquina trabalha, menor é a parte de valor que advém do consumo da máquina.

Vocês já imaginaram o valor que o desgaste e o consumo de carvão, ou energia elétrica e etc., de um mastodonte como um martelo-pilão passaria para a matéria-prima se ele fosse empregado para bater preguinhos? Pois bem: uma máquina distribui um valor muito reduzido pela enorme quantidade de ferro martelado que ela produz diariamente.

Quando, em razão da generalização do sistema na grande indústria, a máquina deixa de ser fonte direta de lucro extra para o capitalista, ele encontra outros meios pelos quais pode continuar a bombear do operário uma enorme quantidade de mais-valia relativa, através do emprego da máquina.

Mulheres! Crianças! Ao trabalho! São essas as primeiras palavras de ordem do capital quando começa a empregar máquinas. Este meio poderoso de diminuir o trabalho do homem torna-se logo um meio de aumentar o número de assalariados. A máquina, sob o regime capitalista, submete todos os membros de uma família, sem distinção de sexo, idade, ao chicote do capital. O trabalho comandado pelo capital rouba o lugar dos jogos infantis e do trabalho livre no lar, e, justamente, esse trabalho doméstico era o sustentáculo econômico da moral da família.

Anteriormente, o valor da força de trabalho era determinado pelas despesas necessárias à manutenção do operário e de sua família. Jogando a família no mercado, distribuindo assim, entre diversas forças de trabalho, o valor de uma só, a máquina deprecia essa força de trabalho. Pode ser que as quatro forças, por exemplo, que uma família operaria vende, lhe dêem mais do que dava antes, a força única do chefe da família, mas, ao mesmo tempo, quatro jornadas de trabalho entraram no lugar de uma só; portanto seu preço é rebaixado em proporção ao excesso de sobre-trabalho de quatro sobre o trabalho de apenas uma. Resumindo, o capitalista tinha antes à disposição apenas uma jornada de trabalho, agora tem quatro. Quatro pessoas devem agora fornecer não apenas trabalho, mais ainda sobre-trabalho ao capital, para que uma só família possa viver. É assim, pois, que a máquina, aumentando a matéria prima humana explorável, mulheres e crianças, aumenta, ao mesmo tempo, o grau de exploração.

O emprego capitalista da máquina revolucionou em suas bases o contrato, no qual a primeira condição era que o capitalista e o operário devessem se apresentar face a face como pessoas livres, mercadores os dois, um possuidor de dinheiro e meios de produção, o outro possuidor da força de trabalho. Mas agora, sob o ponto de vista jurídico, o capitalista compra seres dependentes ou parcialmente dependentes. O operário que antes vendia sua própria força de trabalho, da qual podia dispor livremente, vende agora mulher e filhos. Virou traficante de escravos.

Se a máquina é o meio mais poderoso de aumentar a produtividade do trabalho, isto é, de diminuir o tempo necessário para a produção de mercadoria como sustentáculo do capital, ela é o meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho, além de todos os

limites naturais. O meio de trabalho, agora transformado em máquina, não está mais subordinado ao trabalhador, tornou-se independente. Uma só paixão toma conta do capitalista: reduzir ao mínimo a resistência que lhe opõem essa barreira natural, flexível, que é o homem.

Nesta obra de escravização ajudando aparentemente a leveza do trabalho junto às máquinas e também o emprego de elementos mais submissos e maleáveis, como as crianças e as mulheres.

O desgaste material de uma máquina se apresenta sob um duplo aspecto. Uma em razão de seu uso, como por exemplo, uma nota de R\$ 10,00 passando de mão em mão, outro, por inação, por permanecer sem funcionar, como uma espada inativa que se enferruja na bainha. Neste último caso, as ações dos elementos naturais a desgastam. No primeiro caso, quanto maior for o uso da máquina, mais rápido será seu desgaste; no segundo caso, a razão é inversa, ou seja, quanto mais máquina ficar parada maior será o seu desgaste.

Mas a máquina sofre, além do desgaste material, um desgaste que podemos chamar de moral. Esse desgaste moral ocorre quando a máquina vai perdendo o valor, pois máquinas do mesmo tipo vão sendo reproduzidas a preços mais baixos ou na medida em que máquinas mais aperfeiçoadas passam a lhe fazer concorrência.

Para remediar esse prejuízo, o capitalista sente a necessidade de fazer a sua máquina trabalhar o máximo possível, e começa antes de qualquer coisa com o prolongamento do trabalho diário, introduzindo o trabalho noturno e o trabalho por turma, turno, que como o nome mesmo indica, é o sistema que o trabalho é executado por duas equipes de trabalhadores se revezando em cada 12 horas, ou por três equipes se revezando a cada 8 horas, de modo, que o trabalho segue, sem interrupção, durante as 24 horas do dia. Esse sistema tão lucrativo para o capital foi adotado imediatamente com o surgimento das máquinas, para satisfazer a ganância do capitalista em tirar a maior quantidade possível de lucro extra, que, com a propagação da maquinaria, não vão poder mais obter.

O capitalista, portanto, com a introdução de máquinas, acabam com todos os obstáculos de tempo, todos os limites da jornada de trabalho que durante o período da manufatura eram impostos ao trabalho. E quando ele alcança o limite da jornada natural, absorvendo todas as 24 horas do dia, ele encontra um modo de fazer, de apenas um dia, dois, três, quatro e mais dias, intensificando o trabalho em duas, três, quatro ou mais vezes. De fato, se em uma jornada de trabalho o operário é obrigado a fazer o trabalho duas, três vezes, quatro vezes, etc., maior que antes, é claro que a antiga jornada de trabalho corresponderá a duas, três, quatro ou mais jornada de trabalho. Tornando o trabalho mais intensivo, comprimindo, em outras palavras, em uma única jornada o trabalho de várias jornadas, o capitalista consegue, graças à máquina, alcançar seus objetivos.

O aperfeiçoamento da máquina a vapor aumentou a velocidade de seus pistões, que com grande economia de energia, movimentava agora um mecanismo mais volumoso com o mesmo motor, mantendo o mesmo consumo de carvão (energia) e as vezes, até diminuindo esse consumo de combustível; diminuindo o atrito no mecanismo de transmissão, reduzindo o diâmetro e o peso dos grandes e pequenos eixos do motor, dos discos de cilindro, etc., cada vez mais, alcança-se transmitir com muito mais rapidez a crescente força de impulsão do motor a toda rede de mecanismos de operação. O próprio mecanismo foi aperfeiçoado, as dimensões da máquina-ferramenta foram reduzidas, enquanto sua mobilidade e sua precisão aumentaram como no moderno terá a vapor; ou o tamanho e a quantidade de ferramentas crescem com as dimensões da máquina, como é o caso da máquina de fiar. Enfim, esses instrumentos sofrem incessantes modificações de detalhes, como aquelas que há mais de um século atrás, na década de 1750, conseguiram aumentar em 1/5 a velocidade dos fusos das máquinas de fiar.

Já em 1836, declarava um industrial inglês:

“O trabalho, que hoje se executa nas fábricas aumentou muito, comparado com o de

antigamente, em virtude da maior atenção e atividades exigidas do trabalhador e devido ao grande aumento da velocidade das máquinas”.

E, em 1844, ouviu-se na Câmara dos Comuns (Parlamento Inglês):

“O trabalho nas fábricas de hoje é três vezes maior que antes, quando se iniciou este gênero de operações. Sem dúvida, a máquina tem realizado tarefas que exigiriam a força de milhões de homens, mas multiplicou assustadoramente o trabalho daqueles que são governados pelos seus terríveis movimentos”.

Na fábrica, a virtuosidade ao trabalhar com uma ferramenta passa do operário para a máquina; a eficácia da ferramenta não depende mais do trabalhador e sim da máquina. A classificação fundamental se dá entre os trabalhadores que estão diretamente ocupados com os instrumentos da máquina (inclusive os trabalhadores encarregados de abastecê-las com o combustível necessário) e seus manobristas (que são quase exclusivamente crianças). Entre esses manobristas estão aqueles que alimentam a máquina com a matéria-prima a ser trabalhada. Ao lado dessas duas classes principais, há um pessoal pouco numeroso, que se ocupa com o controle de toda a maquinaria e a repara continuamente, como engenheiros, mecânicos, marceneiros, etc.. Essa classe superior de trabalhadores, uns possuindo formação científica, outros dominando um ofício; estão fora dos trabalhadores de fábrica, estando apenas reunidos a eles.

Qualquer criança aprende com muita facilidade a adaptar os seus movimentos ao movimento contínuo e uniforme de uma máquina. A rapidez com a qual uma criança, aprende a dominar um trabalho mecânico, suprime radicalmente a necessidade de converter esse trabalho em ofício exclusivo de uma classe particular de trabalhadores. A especialidade em manejar um único instrumento, se torna a especialidade de servir por toda a vida uma máquina parcial. Abusam da maquinaria para fazer do operário, desde a infância, uma peça de máquina, que é, por sua vez, apenas uma parte de um complexo mecânico. Não só diminuiu consideravelmente o custo de reprodução desse operário, mas sua dependência da fábrica, portanto do capital, tornou-se absoluta.

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador usava a ferramenta; na fábrica, ele é usado pela máquina. Lá o movimento da ferramenta era dado por ele; na fábrica, ele não faz outra coisa senão seguir o movimento imposto pela máquina, pelo instrumento de trabalho. Na manufatura, os trabalhadores eram membros de um organismo vivo; na fábrica, os operários são incorporados a um mecanismo morto, que existe independente deles, A própria facilidade do trabalho torna-se tortura, pois a máquina não liberta o operário que poderia haver no trabalho. O instrumental de trabalho agora é autômato que se coloca em frente ao operário no processo de trabalho, sob a forma de trabalho morto, de capital, que domina e suga sua força viva.

Na grande indústria moderna se completa, finalmente a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual da produção, separação que se transforma em poder do capital sobre o trabalho. Ao operário, sua habilidade parece ridícula frente aos milagres da ciência, frente às imensas forças da natureza, frente à grandeza do trabalho social, humano, incorporado na máquina e que constitui o poder do patrão. Na cabeça desse capitalista, desse patrão, o seu monopólio sobre as máquinas se confunde com a existência da máquina mesmo. Assim, como se ele próprio as tivesse parido.

E, como disse Friedrich Engels – e não vamos confundí-lo com os escritores burgueses citados neste livro; Friedrich Engels, como estas suas palavras o demonstram, concordava inteiramente com Marx e foi seu amigo -, pois bem, como dizia Engels, o capitalista, ao entrar em conflito com seus operários, tem a mania de lhes atirar na cara palavras humilhantes, como essas:

“Os operários não deviam se esquecer de que fazem um trabalho inferior e que não há outro mais fácil de se aprender e melhor pago, tendo em vista a sua qualidade; basta um tempo mínimo e um aprendizado mínimo para adquirir toda a habilidade exigida. A nossa

maquinaria desempenha um papel muito mais importante do que o trabalho e a habilidade desses operários, que podem domina-la em seis meses de instrução, e isto está ao alcance de qualquer lavrador ignorante”.

A subordinação técnica do trabalhador ao ritmo uniforme da máquina e a composição particular do organismo de trabalho, formando por indivíduos de ambos os sexos e de todas as idade, criam uma férrea disciplina de caserna, que é a do regime de fábrica. Por isso, como já dizíamos lá na fábrica, o trabalho de supervisão se desenvolve plenamente, dividindo-se os trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores de trabalho, em soldados rasos e em suboficiais do exército da indústria.

Ure, que ao contrário de Marx e de Engels, só via belezas no sistema fabril, escreveu isso:

“A dificuldade principal na fábrica era de encontrar a disciplina necessária para que seres humanos renunciassem seus hábitos irregulares de trabalho e se identificassem com a invariável regularidade das grandes máquinas. Inventar esse regulamento disciplinar adequando as necessidades e à velocidade do sistema automático e aplica-lo com sucesso foi, sem dúvida, uma empresa digna de Hércules”.

Deixando de lado a divisão dos poderes e o sistema representativo, tão decantado pela burguesia, o capitalista elabora como bem entende toda uma legislação privada, em que exerce o seu poder autocrático, ditatorial sobre os operários através do regulamento da fábrica. A chibata do feitor de escravos foi substituída por um livro de punições em que tudo se resolve *naturalmente*, com multas e descontos nos salário.

Ouçam estas palavras de Engels:

“A escravidão do proletariado à burguesia mostra sua verdadeira cara no regulamento da fábrica. Aqui não há nenhuma liberdade, nem de fato, nem de direito... Às 5:30 da manhã o operário deve entrar na fábrica; se chegar 2 minutos atrasado, lá vem uma multa, se o atraso é de 10 minutos, não o deixam entrar senão depois do almoço, e com isso perde uma boa parte do seu salário diário. O industrial é o legislador absoluto: dita os regulamentos como bem entende, modifica e amplia seu código a seu bel-prazer e, se é acometido dos mais extravagantes arbítrio, os tribunais respondem aos trabalhadores: se o senhor aceitou voluntariamente este contrato, deve a ele obedecer... E os operários estão condenados a viver, dos 9 anos até sua morte, sob essa tortura espiritual e física”.

Tomemos dois exemplos do que “dizem os tribunais”: “Em 1866, numa cidade inglesa chamada Sheffield, um metalúrgico fez um contrato de dois anos com a fábrica. Por causa de divergências com o patrão, abandonou a fábrica e declarou que, de modo nenhum, trabalharia mais para ele. Acusado de romper o contrato, foi condenado a dois meses de cadeia. (Ora, se fosse o patrão que violasse o contrato teria apenas que se apresentar ao tribunal civil, expondo-se apenas ao risco de pagar uma pequena multa). Pois bem, decorridos os dois meses de cadeia, o mesmo patrão exigiu que o operário voltasse à fábrica, sob as mesmas bases do contrato antigo. O metalúrgico recusou e além do mais, já havia cumprido a pena pela ruptura do contrato. O patrão processou-o de novo e a justiça voltou a condená-lo. (Um dos juízes denunciou a sentença, publicamente, como uma monstruosidade jurídica, pelo fato de condenar em períodos sucessivos, repetidamente, o mesmo homem pela mesma ofensa ou pelo mesmo crime) E vejam bem, essa sentença não foi pronunciada por um tribunal qualquer, mas por uma das mais altas cortes de justiça, em Londres!”

Um segundo caso ocorreu em Wiltshire, também na Inglaterra, em fins de novembro de 1863.

Cerca de 30 mulheres trabalhavam num tear a vapor, empregadas de certo Harrupp, fabricante de toalhas, decidiram fazer uma greve, por ter o patrão o agradável costume de reduzi-lhes, da forma mais descarada possível, o salário por cada atraso matinal. Por 2 minutos de atraso, ele descontava (valor adotado para melhor compreensão) R\$ 10,00, por 3 minutos, R\$ 20,00. A R\$ 200,00 por hora, as multas chegavam a R\$ 2.000,00, quando o

salário médio semanal, não ultrapassa o valor de R\$ 200,00. Mas esse Harrupp tinha outras veleidades, para marcar o início do trabalho, ele botou um apito na boca de um garoto. O garoto, muitas vezes, apitava antes das seis da manhã e, depois desse apito, ninguém mais entrava. Quem ficava do lado de fora era multado. As infelizes operárias ficavam à mercê do jovem guardião do tempo, comandado por Harrupp, e a fábrica continuava sem relógio. As mães de família e moças em greve declararam que só voltariam ao trabalho, depois que fosse colocado um relógio, substituindo o apito do garoto e quando fosse introduzido um sistema – diabos! – pelo menos mais racional de multas! Harrupp, revoltado deu entrada a uma ação judicial contra 19 empregadas, por ruptura de contrato. Elas foram condenadas a pagar uma multa e mais as despesas do processo, o que provocou indignação geral do auditório que acompanhava o julgamento. Harrupp, ao sair do tribunal, foi vaiado estrondosamente pela multidão que o seguia.

Os operários nunca ignoraram as tristes conseqüências da fábrica e da grande indústria, como demonstram a acolhida às primeiras máquinas.

Pelo século XVII, em quase toda a Europa, ocorreram revoltas de trabalhadores contra uma máquina de tecer fitas e galões, inventada na Alemanha, chamada *Bandmuhle* ou *Muhlenstuhl*. O abade italiano Lancelotti, num relato de 1636, conta-nos que “há cerca de 50 anos um certo Anton Muller viu em Dantzig uma máquina muito engenhosa que fabricava 4 a 6 tecidos, ao mesmo tempo. O Conselho da cidade, com receio que a invenção jogasse à miséria grande quantidade de trabalhadores, proibiu o emprego da invenção e mandou secretamente estrangular ou enforcar o inventor”.

Em 1629, essa mesma máquina foi empregada pela primeira vez em Leida, onde as revoltas dos tecelões forçaram as autoridades municipais a proibi-la. “Há cerca de 20 anos inventaram nesta cidade um instrumento de tecer, por meio do qual um só trabalhador podia fazer, no mesmo tempo que vários tecelões manuais, uma quantidade muito maior de tecido e de forma mais fácil. Daí surgiram agitações e protestos de tecelões, até que as autoridades municipais proibiram o emprego deste instrumento”. É o que nos conta um outro testemunho da época.

Depois de uma série de éditos mais ou menos proibitivos em 1623, 1639, etc. os Estados Gerais da Holanda permitiram finalmente o emprego deste tear mecânico, sob certas condições, com a lei de 15 de dezembro de 1661.

A mesma máquina foi proibida em Colônia, em 1676, enquanto a sua introdução na Inglaterra, à mesma época, provocavam uma série de rebeliões, entre os tecelões. Na Alemanha, uma lei, de 19 de fevereiro de 1685, proibia o seu uso em toda a nação; por ordem das autoridades municipais, em Hamburgo, o invento foi queimado publicamente. Carlos VI renovou em 9 de fevereiro de 1719 o édito de 1685 e a Saxônia eleitoral só autorizou o seu emprego em 1765.

A *Bandstuhl*, que agitou a Europa, foi precursora das máquinas de fiar e tecer e, portanto, da Revolução Industrial do século XVIII. Ela capacitava um jovem sem qualquer experiência de tecelagem a pôr em movimento, empurrando e puxando uma biela, um terá inteiro com todas as suas lançadeiras, e que produzia, em sua forma aperfeiçoada, 40 a 50 peças de uma só vez.

Nas primeiras décadas do século XVII, um levante popular destruiu uma serraria movida a vento, construída por um holandês nas proximidades de Londres. Ainda no começo do século XVIII, com muita dificuldade, as máquinas de serrar movida a água conseguiram dobrar a resistência popular protegida pelo Parlamento. Quando Everest, em 1758, construiu a primeira máquina a água para tosquiãr lã, esse invento foi jogado à fogueira por 100 mil pessoas que ficaram sem trabalho.

Cinquenta mil trabalhadores que ganhavam à vida cardando a lã reivindicaram ao Parlamento o fim das máquinas de cardar, inventadas por Arkwright (cardar é o trabalho de desembaraçar a lã, o cânhamo ou qualquer fibra têxtil com um instrumento especial

chamado carda). A destruição de numerosas máquinas nos distritos manufatureiros ingleses, durante os quinze primeiros anos do século XIX, deu pretexto ao governo para as mais reacionárias medidas de violência.

Como vocês estão vendo, foi necessário tempo e experiência até que os operários aprendessem a distinguir entre a máquina e o emprego capitalista da máquina, e pudessem então, lutar, não contra os meios materiais de produção, mas contra o seu modo social de exploração.

E é assim, portanto, que temos que enxergar as conseqüências da máquina e da indústria moderna para os trabalhadores. Antes de tudo, eles são enxotados da fábrica em grande número e as máquinas vão substituí-los. Os poucos que lá permanecem, sofreram: a) a humilhação de se verem espoliados de seu último instrumento de trabalho e de serem reduzidos à condição de escravos da máquina; b) o peso de uma jornada de trabalho extraordinariamente prolongada; c) a renúncia à mulher e aos filhos, agora também escravos do capital; e, finalmente, d) sofreram o indescritível martírio, produto da tortura de um trabalho cada vez mais intensificado pela insaciável gana do capitalista por mais-valia. Mas o deus capital tem também os seus teólogos que tudo explicam e justificam com suas leis eternas. Ao grito desesperado dos operários esfomeados pela máquina, pregam a ridícula lei da compensação.

Um bando de economistas burgueses, como James Mill, Mac Culloch, Torrens, Senior, J. Stuaite Mill etc., etc., juram que as máquinas, ao afastarem os operários de seus postos, liberam por isso mesmo um capital destinado a empregar de novo, em outras ocupações, os mesmos operários. Vamos ver:

Suponhamos que em uma fábrica de tapetes se empregue um capital de R\$ 6.000.000,00, do qual a metade é adiantada em matéria-prima (não vamos levar em conta aqui, prédios, instalações etc.), e a outra metade corresponde ao pagamento de cem operários, cada um recebendo um salário anual de R\$ 30.000,00. Em um dado momento o capitalista despede 50 operários, substituindo-os por uma máquina que custou R\$ 1.500.000,00.

Será que algum capital é liberado por essa operação? Vejamos.

Originariamente, a soma total de R\$ 6.000.000,00 se dividia em um capital de R\$ 3.000.000,00. Agora, essa soma consiste em um capital constante de R\$ 4.500.000,00 — sendo R\$ 3.000.000,00 pela matéria-prima e R\$ 1.500.000,00 pela máquina —, e um capital variável de R\$ 1.500.000,00 para pagar os 50 operários. O elemento variável caiu de metade para $\frac{1}{4}$ do capital total. Ao contrário de se ter liberado um capital de R\$ 1.500.000,00, este agora está empregado sob uma forma em que não pode ser trocado por força de trabalho; ou seja, de variável se transformou em constante. De agora em diante, o capital total de R\$ 6.000.000,00 não ocupará mais do que 50 operários e cada vez menos, com aperfeiçoamentos da máquina.

Agora, para agradar os teóricos da compensação, suponhamos que o preço da máquina seja menos que a soma dos salários acima. O capitalista pagou R\$ 1.000.000,00 por ela, em vez dos R\$ 1.500.000,00.

Em nossos novos cálculos, o capital de R\$ 1.500.000,00, anteriormente pagos em salários, se divide agora assim: R\$ 1.000.000,00 empregados sob a forma de máquina e R\$ 500.000,00 liberados de seu emprego na fábrica de tapetes e que passam a funcionar como novo capital. Se o salário permanece o mesmo, há, portanto, um fundo que deveria ocupar cerca de 16 operários (dividindo os 500 mil reais por 30 mil reais, que é o salário anual de cada operário), enquanto 50 é o número de desempregados. Mas, na verdade, são muito menos do que dezesseis os trabalhadores a serem empregados pelo novo capital — R\$ 500.000,00 —. Porque, para que ele se transforme em capital, parte dele deve ser gasta em instrumentos, materiais etc., em uma palavra, parte dele é elemento constante, que não pode se transformar em salários.

Mas, supondo ainda que a construção de uma nova máquina ocupe grande número de mecânicos, qual seria a compensação para os tapeceiros atirados à rua? Em qualquer caso, a nova máquina ocupará menos trabalhadores na sua montagem, do que o número de trabalhadores que dispensa, em sua aplicação. Portanto, a soma de R\$ 1.500.000,00 que representava apenas os salários dos trabalhadores despedidos, passa agora a representar no próprio corpo da máquina:

- 1º. o valor dos meios de produção necessários à feitura da máquina;
- 2º. os salários dos mecânicos empregados em sua construção;
- 3º. a mais—valia que vai para o bolso do patrão.

Além disso, depois de pronta, a máquina só precisa ser renovada depois que se estraga. Por isso, para manter um número adicional de mecânicos, é necessário que os fabricantes, por exemplo, dessas tapeçarias, despeçam os seus empregados, um após o outro, substituindo—os por máquinas. Mas não é isso o que esses doutrinários da compensação vêem. Para eles, o importante é a subsistência dos operários despedidos. Privando os nossos 50 operários de um salário de a R\$ 1.500.000,00, as máquinas os impedem de consumir esses R\$ 1.500.000,00 em meios de subsistência. Eis um fato em sua triste realidade! Deixar o operário morrer de fome significa, para esses cavalheiros de barriga cheia, fazer dos alimentos disponíveis ao operário, um novo fundo de emprego para uma outra indústria. Como vocês vêem, tudo depende da maneira de se exprimir. Doura-se a realidade com palavras. Ou, dizendo o mesmo para os que gostam de expressões latinas:

Nominibus mollire licet mala.

CAPÍTULO VIII

O SALÁRIO

Nada impede de se encobrir os males com palavras. É a outra maneira de se traduzir o provérbio latino do nosso último capítulo. Salário também é uma palavra e nós vamos procurar entendê-la no seu verdadeiro significado, dentro do modo de produção capitalista.

Os defensores desse modo de produção capitalista dizem que o salário é o pagamento do trabalho, e a mais-valia é o produto do capital.

Mas o que querem eles dizer com esse pagamento do trabalho, ou, em outros termos, com valor do trabalho?

O trabalho, ou se encontra ainda no trabalhador, ou, já existe materializado. O que quero dizer é que o trabalho, ou é a força, a capacidade de fazer alguma coisa, ou é a coisa mesma já feita. Em suma, o trabalho, ou é a força de trabalho ou é a mercadoria. O operário não pode vender o trabalho já saído dele, já produzido pelo seu organismo, a mercadoria, porque esta pertence ao capitalista e não a ele. Porque, pudesse o trabalhador vender o trabalho já saído dele, a mercadoria que ele produz, teria que ter os meios de trabalho e o material de trabalho, e seria, então, mercador de mercadoria por ele produzida. Mas ele não possuiu nada, é um proletário, que para sobreviver, precisa vender ao capitalista o único bem que lhe resta, que é a sua potência ou força para trabalhar, a força de trabalho. O capitalista não pode comprar dele mais do que sua força de trabalho, que, como todas as outras mercadorias, tem um valor de uso e um valor de troca. O capitalista paga ao trabalhador o valor propriamente dito, que é o valor de troca, pela mercadoria que este lhe vende. Mas a força de trabalho tem também um valor de uso e esta pertence ao capitalista, pois ele a comprou. Ora, o valor de uso dessa mercadoria tão singular tem dupla qualidade. Uma é aquela que ela tem em comum com o valor de uso de todas as outras mercadorias: a de satisfazer uma determinada necessidade; a segunda, é a qualidade que somente a ela pertence, que é a de criar valor, e é isso que a distingue de todas as outras mercadorias.

Respondendo, agora, àqueles defensores do modo de produção capitalista, dizemos que o salário não pode representar outra coisa que não seja o preço da força de trabalho.

E a mais valia não pode ser de modo nenhum produto do capital, porque o capital é matéria morta; a quantidade de valor que o capital põe na mercadoria permanece sempre a mesma. É a matéria que não tem vida nenhuma e que, por si só, sem a força de trabalho, jamais existiria. É à força de trabalho, somente ela, que produz a mais valia. É ela quem traz o primeiro germe de vida ao capital. E é ela quem sustenta toda a vida do capital. Este, de início, não faz outra coisa senão sugar, depois absorver por todos os poros e, finalmente, sempre forte, extrair mais-valia do trabalho.

As duas principais formas de salário são: salário por tempo e salário por peça, por produção, por empreitada, etc.

O salário por tempo é aquele pago por um determinado tempo: uma hora, um dia, uma semana ou um mês, etc.; de trabalho. O salário nada mais é do que uma forma transformada do preço da força de trabalho. Em lugar de dizer: o operário vendeu sua força de trabalho de um dia por R\$ 10,00, diz-se: o operário foi trabalhar por um salário de R\$ 10,00 por dia.

O salário de R\$ 10,00 por dia é, portanto o preço da força de trabalho por uma jornada. Mas essa jornada pode ser mais ou menos longa. Se for de 10 horas, por exemplo, a força de trabalho é paga a R\$ 1,00 por hora, ao passo que, se é de 12 horas, a força de trabalho é paga a R\$ 0,83 por hora. Logo ao prolongar a jornada de trabalho, o capitalista está pagando ao operário um preço menor por sua força de trabalho. O capitalista pode até aumentar o salário e mesmo assim continuar pagando ao operário, por sua força de trabalho, o mesmo preço de antes, e até menos. Como? Se o patrão aumenta o salário do operário de R\$ 10,00 para R\$ 12,00 e ao mesmo tempo, prolonga sua jornada de 10 para 12 horas, ele, ainda que tenha aumentado o salário diário em R\$ 2,00, continuara pagando os mesmos R\$ 10,00 ao operário, pela hora de sua força de trabalho. Se o capitalista o mesmo aumento – de R\$ 10,00 para R\$ 12,00 – mas, ao mesmo tempo, prolonga a jornada de 10 para 15 horas, embora aumentando o salário diário, pagará ao operário pela sua força de trabalho menos do que antes. O mesmo resultado o capitalista obtém quando em lugar, de prolongar a jornada de trabalho, aumenta a intensidade desse trabalho, que é o que ele faz ao utilizar-se de máquinas, como já vimos. Em suma, o capitalista, aumentando o trabalho, rouba honestamente ao operário. E pode fazê-lo até bancando o generoso, aumentando o salário diário de seus operários.

Quando o capitalista paga ao operário por hora, também aí encontra um modo de lhe passar a perna, aumentando ou diminuindo o trabalho, mas sempre pagando honestamente o mesmo preço por cada hora de trabalho. Digamos que R\$ 1,00 seja o salário de uma hora de trabalho. Se o capitalista faz o operário trabalhar 8 horas, em vez de 12, ele pagará R\$ 8,00 e não R\$ 12,00. Com isso o trabalhador perde R\$ 4,00, que corresponde a um terço de suas necessidades diárias. Se ao contrário faz o operário trabalhar por 14 ou 16 horas, em vez de 12, mesmo pagando R\$ 1,16 ou R\$ 1,33 no lugar dos R\$ 1,00, tira do operário 2 ou 4 horas de trabalho por um preço menor do que valem, pois é claro que depois de 12 horas de trabalho, a força de trabalho do operário já sofreu grande desgaste, e as outras 2 ou 4 horas a mais de trabalho lhe custam mais do que as 12 primeiras horas. Esta argumentação apresentada pelos operários foi aceita, de fato, em diversas indústrias, onde se pagam as horas extras por um preço maior do que o estabelecido para a chamada hora normal.

Uma lei do modo de produção capitalista: quanto menor é o preço da força de trabalho por tempo (hora, dia, mês, etc.), representado no salário, tanto maior é a duração do tempo do trabalho. Isto é claro. Se o salário é de R\$ 10,00 por hora, em vez de R\$ 12,00, o operário tem que fazer uma jornada de 12 horas – e não de 10, para conseguir os R\$ 120,00 diariamente necessários para sua sobrevivência. Portanto, se o salário diário é de R\$ 80,00, o trabalhador precisa trabalhar três dias, três jornadas, em vez de duas, para satisfazer as suas necessidades de apenas dois dias. E o outro dia, para onde vai? Nós já

sabemos: para a vida do capital, cada vez mais robusto, empanturrando o bolso do capitalista.

Assim, a diminuição do salário faz aumentar o trabalho; mas pode acontecer também que o aumento de trabalho faça diminuir o salário. Com a introdução da máquina, por exemplo, o operário passa a produzir o dobro que antes e o capitalista diminui o número de braços. Consequentemente cresce a oferta de força de trabalho no mercado e os salários caem.

Os outros tipos de salários – por peça, por empreitada, por produção, etc., não são mais do que modalidades do salário por tempo, que aparecem transformadas em salário por peça, salário por empreitada, salário por produção, etc. Tanto isso é verdade que se costuma usar indiferentemente, não apenas nas diversas indústrias e mesmo até numa mesma indústria, essas duas formas de salário.

Dizer que um trabalhador trabalha 12 horas por dia e recebe um salário de R\$ 120,00 e produz um valor de R\$ 240,00, dá no mesmo que dizer que o operário produz, nas primeiras seis horas de seu trabalho, os R\$ 120,00 do seu salário, e, nas outras seis horas, os R\$ 120,00 da mais-valia. O que equivale a dizer que o operário produz, em toda a primeira meia hora, 1/12 de seu salário e, em toda a segunda meia hora, produz 1/12 da mais-valia. Por isso mesmo, se o operário produz 24 peças em 1 hora, recebendo por cada peça um salário de R\$ 5,00, teríamos os mesmos R\$ 120,00 que lhe tocam como pagamento. Com todos esses reais, eu diria o mesmo se dissesse: O operário produziu doze peças para reproduzir os cento e vinte reais como seu pagamento e outras doze peças para produzir os cento e vinte reais da mais-valia. Enfim, do que o operário produziu, em cada hora de trabalho, uma peça foi para o seu pagamento, e a outra peça foi para o bolso de seu patrão.

No salário por peça, a qualidade do trabalho é controlada pela própria obra, que deve ter a qualidade média exigida. Deste modo, o salário por peça se torna uma fonte inesgotável de pretexto para se fazer descontos sobre o salário do operário. E fornece, ao mesmo tempo, ao capitalista, a medida exata da intensidade do trabalho. O único tempo de trabalho que conta como socialmente necessário e, por isso mesmo pago, é o tempo em que esse trabalho se materializou em uma massa de produtos determinada e estabelecida com a experiência. É tão verdade isso que, nas grandes oficinas de confecção em Londres, uma peça, por exemplo, o colete, é chamada de “uma hora”, uma outra peça é chamada de “meia-hora”, etc., e é paga a X libras cada uma; sabe-se pela prática quanto se produz em média durante um hora. Quando aparece um nova moda, ocorre sempre uma discussão entre o patrão e o operário, se tal peça equivale ou não a uma hora, até que a experiência decide. O mesmo se dá nas fábricas de móveis, etc. Se o operário não possui experiência média de execução, se ele não consegue um certo *mínimo* de peças durante a jornada de trabalho, é despedido.

Assim sendo, a própria forma de salário assegura a qualidade e a intensidade do trabalho e uma grande parte do serviço de controle e supervisão se torna, então desnecessária. É em cima disso que é montado todo o sistema de opressão e exploração, hierarquicamente constituído. O salário por peça facilita, por outro lado, a intromissão de outros parasitas, além do capitalista. Assim se dá, por exemplo, com o chamado trabalho moderno a domicilio como é o caso do trabalho das costureiras, que costuram “para fora”, para as indústrias de confecção. Elas recebem por peça, mas quem lhes paga é o atravessador. O lucro do trabalho dos intermediários sai da diferença entre o preço do trabalho, tal qual o capitalista o paga, e a porção desse preço que eles pagam ao trabalhador. Por outro lado, o salário por peça permite ao capitalista fazer um contrato de tanto por peça com o operário principal, chefe, empreiteiro, etc. Este chefe de grupo de operários ou operário principal, que nas minas é o minerador propriamente dito, e nas fábricas é o que tem o comando das máquinas, se encarrega, pelo preço estabelecido, de eles mesmo encontrar os seus ajudantes e pagá-los. A exploração dos trabalhadores pelo capital se torna, nesse caso, um meio de exploração do trabalhador pelo trabalhador.

Estabelecido o salário por peça, o interesse pessoal atira o operário a empenhar ao máximo a sua força, e isto permite ao capitalista elevar facilmente o grau de intensidade do trabalho. Se bem que se chegue a esse mesmo resultado também por meios artificiais, como bem disse Dunning, secretário de uma Sociedade de Resistência. Vejam, ele nos conta como se dá, em Londres, esse artifício, essa manha da revolução industrial:

“O capitalista escolhe para chefe de um certo número de operários um homem de força física superior e com mais habilidade no trabalho do que a média dos outros trabalhadores do grupo. todos os trimestres, ou dentro de um período combinado, o chefe recebe um “salário suplementar” sob a condição de que ele faça todo o possível para incrementar a concorrência entre os seus comandados”.

O operário está obviamente interessado em prolongar a jornada de trabalho, como meio de aumentar o seu salário diário ou semanal: as consequências são as mesmas do salário por tempo, sem contar que o prolongamento da jornada, quando o salário por peça permanece constante, implica em si mesmo no rebaixamento do preço do trabalho.

O salário por peça, forma mais adequada ao regime capitalista, é um dos principais recursos do sistema de pagar o trabalhador por hora, sem que o capitalista se empenhe em ocupá-lo regularmente durante a jornada ou a semana. Nos estabelecimentos submetidos aos *Factories Acts* (leis sobre as fábricas), que é a lei que limitou, na Inglaterra, a jornada de trabalho a um determinado número de horas, o salário por peças se tornou regra geral, pois o capitalista não tem outro recurso para aumentar o trabalho diário senão apelando para a intensidade.

O aumento da produção é seguido pela diminuição proporcional do salário. Quando o operário produzia 12 peças em 12 horas, o capitalista lhe pagava, por exemplo, um salário de R\$ 5,00 por peça. Com a produção duplicada, o operário produz 24 peças, em lugar de 12, e o capitalista, baixa o salário pela metade, pagando agora apenas R\$ 2,50 por peça.

Esta variação de salário, ainda que puramente nominal, provoca uma luta continua entre patrão e o trabalhador por vários motivos: seja porque o capitalista cria um pretexto para diminuir realmente o preço do trabalho, seja porque um aumento da produtividade do trabalho acompanha um aumento de sua intensidade, ou porque o operário, levando a sério o que é apenas uma aparência criada pelo salário por peça – isto é, que é o seu produto e não sua força de trabalho que está sendo paga – se revolta contra uma redução de salário, a qual não corresponde a uma redução proporcional nos preços de venda das mercadorias.

O capital, justamente com base na natureza do salário, refuta tais reivindicações como grosseiramente errôneas. Ele as qualifica de usurpação que tendem a barrar o progresso da indústria e conclui, brutaemente, que a produtividade do trabalho não tem absolutamente nada a ver com o operário.

CAPÍTULO IX

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Acumular significa juntar, ajuntar, amontoar, amontoar riquezas, fazer fortuna. Tudo isso só é possível à acumulação do capital se ele se nutrir sempre mais e mais de mais-valia. Sem se apropriar do trabalho alheio, o capital nem existira. Mas, aqui estamos começando um novo capítulo:

Quando observamos a fórmula do capital, compreendemos facilmente que a sua conservação é toda baseada em sucessiva e contínua reprodução.

O capital, como já sabemos, divide-se em duas partes: constante e variável. O capital constante, representado pelos meios de produção e pelo material de trabalho, sofre continuo desgaste durante o processo de trabalho. Os instrumentos se consomem, as máquinas se consomem o óleo, etc., enfim, o próprio prédio se consome. Ao mesmo tempo, porém, que o trabalho vai consumindo todo esse capital constante, vai também o

reproduzindo na mesma proporção em que o consome. O capital constante encontra-se, pois reproduzido na mercadoria na mesma proporção em foi consumido durante a sua fabricação. O valor consumido pelos meios de trabalho e pela matéria prima é sempre exatamente reproduzido no valor da mercadoria.

Do mesmo modo o capital variável. O capital variável representado pelo valor da força de trabalho, isto é, pelo salário, se reproduz também exatamente no valor da mercadoria. Também já sabemos que o operário, na primeira parte de seu trabalho, produz o seu salário, e, na segunda, a mais-valia, Como o operário só recebe seu salário ao final do trabalho, este só lhe é pago depois que ele produziu o equivalente na mercadoria do capitalista.

Os salários pagos aos trabalhadores são, portanto, reproduzidos inteira e incessantemente pelos próprios trabalhadores. Esta incessante reprodução do fundo dos salários perpetua a submissão do trabalhador ao capitalista. Quando o proletário vende a sua força de trabalho no mercado, ele ocupa o posto que lhe é assinalado pelo modo de produção capitalista e, contribui para a produção social com a parte de trabalho que lhe cabe, retirando para a sua manutenção aquela parte do fundo de salários, que deverá, antes, reproduzir com seu trabalho.

É sempre, sempre, o eterno vínculo da sujeição humana, que seja sob a forma de escravidão, quer seja sob a forma de servidão, quer seja sob a forma de salário.

Quem vê as coisas superficialmente, pensa que o escravo trabalha gratuitamente. Ele não vê que o escravo devia, antes de tudo, devolver ao seu senhor tudo quanto este gastou para sua manutenção. E vejam bem, muitas vezes a manutenção do escravo era mais cara do que o assalariado, pois seu senhor estava altamente interessado em sua conservação, como estava na conservação de uma parte de seu próprio capital. O servo do sistema feudal, juntamente a com a terra, à qual está preso, pertence ao seu senhor; para o mesmo observador superficial, este servo fez progressos em relação ao escravo, pois se vê claramente que ele entrega somente uma parte ao seu senhor, enquanto a outra parte de seu trabalho ele o emprega na pouca terra que lhe é determinada para ganhar seu sustento. E o assalariado aparece a esse mesmo tipo de observador como um indivíduo muito mais evoluído, em comparação ao servo da gleba, por que o trabalhador lhe aparece inteiramente livre, recebendo o valor do próprio trabalho.

Doce ilusão! Se o trabalhador pudesse realizar por si mesmo o valor do próprio trabalho, se ele não precisasse vender a sua força de trabalho, o modo de produção capitalista nem poderia existir. E já sabemos por quê. O trabalhador não pode obter outra coisa que não seja o valor de sua força de trabalho, que é a única coisa que pode vender, por que é o único bem que possui no mundo. O produto do trabalho pertence ao capitalista, que paga ao operário o salário, isto é, a sua manutenção. Do mesmo modo que o pedaço de terra, o tempo e os instrumentos necessários para trabalhá-la, que o senhor deixa por conta do servo, são a soma dos meios de este tem para se manter, enquanto deve trabalhar todo o resto do tempo para seu senhor.

O escravo, o servo e o operário trabalham todos os três, uma parte para produzir a sua manutenção e outra parte absolutamente para o lucro de seu patrão. Representam, pois três formas diversas do mesmo vínculo de sujeição e exploração humana. É sempre a mesma sujeição do homem privado de qualquer acumulação primitiva, ao homem que possui uma acumulação primitiva, os meios de produção, a fonte da vida.

A conservação do capital, a reprodução do capital é, conseqüentemente, no modo de produção capitalista, a conservação deste vínculo de opressão e exploração humana.

Mas o trabalho não somente reproduz o capital, mas também produz mais-valia, que muitos chamam de renda do capital. Quando o capitalista, anualmente, acrescenta ao seu capital uma parte ou toda a sua renda, temos uma acumulação de capital, que crescerá progressivamente. Com a reprodução simples o trabalho conserva o capital; com a

acumulação de mais-valia, o trabalhador faz o capital crescer.

Quando essa renda se junta, se funde com o capital, parte dela é empregada em meios de produção, parte em matéria prima e parte em força de trabalho. É agora que o sobre trabalho passado, o trabalho passado não pago, vai fazer crescer o volume do capital. Uma parte do trabalho não pago do ano passado serve para pagar o trabalho necessário deste ano. E é isso que faz o sucesso do capitalista, graças ao engenhoso mecanismo da produção moderna.

Uma vez aceito este sistema da moderna produção, todo ele baseado na propriedade individual e no salário, nada se encontra a dizer cuja conseqüência não seja derivada da acumulação capitalista. O que importa ao operário Antônio se R\$ 100,00 que lhe pagam de salário representam o trabalho não pago do operário Pedro? O que ele tem direito de saber é se os R\$ 100,00 são o justo preço da sua força de trabalho, quer dizer, se são o exato equivalente das coisas que lhe são necessárias em um dia; em uma palavra, se a lei de troca foi rigorosamente observada.

Quando o capitalista começa a acumular capital, se desenvolve nele uma nova virtude, toda sua: a tal virtude da abstinência, que consiste em limitar a própria despesa, para empregar uma maior parte de sua renda na acumulação.

A vontade do capitalista e sua consciência refletem as necessidades do capital que ele representa; assim, o capitalista vê no seu próprio consumo pessoal uma espécie de furto, ou pelo menos de empréstimo feito à acumulação. Aliás, basta olhar em certos livros de contabilidade as despesas pessoais lançadas contra o capital, ao lado das contas a pagar dos capitalistas. Acumular, enfim, é conquistar o mundo da riqueza social, ampliar a sua esfera de dominação pessoal, aumentar o número de súditos, ou seja, sacrificar-se a uma ambição insaciável.

Lutero mostra muito bem, com o exemplo do usurário, que o desejo de dominar é o motor do enriquecimento:

“A simples inteligência levou os pagões a considerarem o usurário como assassino e quatro vezes ladrão. Mas nós, cristão, o tratamos com toda a honra, quase o adoramos por causa de seu dinheiro. Quem extrai, rouba e furta o alimento do outro é um homicida moral, como o que mata uma pessoa de fome ou a arruína totalmente. E é o que faz o usurário. Entretanto, senta-se tranqüilamente em sua cadeira, quando deveria estar, justamente, na forca, sendo devorados por tantos urubus quantos fossem o dinheiro por ele roubado, se tivesse carne para tão grande quantidade de urubus. Mas hoje em dia só prendemos e enforcamos pequenos ladrões... enquanto isso, os grandes ladrões vão se pavoneando em ouro e seda. Depois do diabo, o maior inimigo do homem na terra é o avarento, é o usurário, pois quer ser Deus dominando os homens. Os soldados, os invasores, os hereges turcos, os ditadores são também homens maus, todavia, tem de deixar os outros viverem e confessam que são maus e inimigos. Podem, e às vezes são obrigados a se apiedarem de algumas pessoas. Ma o usurário, com sua avareza, quer que o mundo morra de sede e fome, de luto e de miséria; ele mesmo o faria se pudesse, para que tudo fosse dele, assim todos se curvariam diante dele, com seus eternos escravos. Ostenta elegância e aparenta limpeza impecável para ser visto de badalado como homem honrado e bondoso... Mas o usurário é um monstro enorme e devorador, pior que o Satanás. Já que prendemos e matamos um ladrão de rua, os assassinos e os assaltantes, do mesmo modo deveriam prender, matar e decapitar todos os usurários”.

Eis aí, de Lutero, reformador religioso, um discurso violento contra os usurários. Continuemos com a violência capitalista, propriamente dita:

A acumulação capitalista exige um aumento de braços. O número de trabalhadores deve aumentar quando se quer converter uma parte da renda em capital variável. O organismo mesmo da reprodução capitalista é tal modo que o trabalhador conserva a sua força de trabalho na geração seguinte, da qual o capitalista arregimenta nova força de trabalho, para

continuar o seu incessante processo de reprodução. Mas o trabalho que o capital exige hoje é superior ao que exigia antes e, conseqüentemente, o seu preço deve subir. E aumentariam de fato os salários, se na própria acumulação do capital não se encontrasse uma razão para fazê-los baixar.

É verdade que a renda deve ser convertida, parte em capital constante e parte em capital variável; isto é, parte em meios de trabalho e matéria-prima, e parte em força de trabalho, mas é preciso considerar a acumulação do capital com o aperfeiçoamento dos velhos sistemas de produção, com os novos sistemas de produção e a máquina: tudo coisas que fazem aumentar a produção e diminuir o preço da força de trabalho, o que já sabemos. À medida que cresce a acumulação do capital, a sua parte variável diminui, enquanto a sua parte constante aumenta. Isto é, aumentam as fábricas e instalações, máquinas com suas matérias auxiliares, mas ao mesmo tempo, e na proporção deste aumento, com a acumulação do capital, diminui a necessidade de mão de obra, a necessidade de força de trabalho. Diminuindo a necessidade de mão de obra, diminui a procura e finalmente diminui o preço.

Nestes termos, portanto, quanto mais progride a acumulação do capital, mais os salários são rebaixados.

A acumulação do capital ganha vastas proporções através da concorrência e do crédito. O crédito leva espontaneamente à fusão de uma massa de capitais, ou à fusão de um capital mais forte do que cada um desses. A concorrência, ao contrário, é a guerra que de todos os capitais fazem entre si, é a sua luta pela existência, do qual os mais fortes saem muito mais fortes do que antes.

A acumulação do capital inutiliza, portanto um grande número de braços, isto é, cria um excedente de trabalhadores.

Mas se a acumulação produz necessariamente uma superpopulação operária, esta se torna, por sua vez, a alavanca mais potente da acumulação, uma condição de existência da produção capitalista, integrada na sua lei de desenvolvimento. Esse excedente populacional operária forma um *exército de reserva industrial*, que pertence ao capital, assim de um modo absoluto, como se fosse seu gado, por ele alimentado e disciplinado. Essa população excedente fornece a matéria humana sempre explorável e disponível para a fabricação de mais-valia. É somente sob o regime da grande indústria que a produção de um supérfluo da população se torna uma mola regular da produção de riqueza.

Este exército de reserva industrial, esta superpopulação operária se divide em diversas categorias. A primeira delas é a melhor paga, sofre menos com o desemprego e ainda executa um trabalho menos penoso; a última dessas categorias, ao contrário, é composta de trabalhadores que só esporadicamente encontram uma ocupação, que é sempre um trabalho pesado e vil, pago pelo mais baixo preço a que possa chegar o trabalho humano.

Esta última categoria é a mais numerosa, não só pelo grande contingente criado anualmente pelo progresso industrial, mas, sobretudo porque ela é composta de gente mais prolífera, com maior número de filhos, como os próprios fatos comprovam.

"A pobreza parece favorecer a procriação", escreveu Adam Smith. E segundo o abade Galiani, espírito galante e perspicaz, esta é uma sábia disposição divina. Eis uma de suas sentenças: "Deus dispôs que os homens que fazem os trabalhos mais úteis nascessem em abundância".

Com dados estatísticos à mão, Laing demonstrou que "a miséria, no seu grau mais extremo de fome e epidemia, em vez de frear, aumenta ainda mais o crescimento da população", acrescentando que "se todos os seres humanos vivessem em condições cômodas, o mundo em pouco tempo estaria despovoado".

Abaixo dessa categoria de trabalhadores circunstanciais, resta o último resíduo desse exército industrial de reserva e que vive no inferno da pobreza. Pondo de lado os

vagabundos, os criminosos, as prostitutas, enfim, o rebotalho do proletariado, essa camada social tem três categorias. A primeira compreende operários capazes de trabalhar. O seu número aumenta em todas as crises e diminui quando os negócios se reanimam. Basta, para comprovar, olhar as estatísticas referentes à pobreza. A segunda, os órfãos e os filhos dos pobres, que vivem da assistência pública. Eles também são candidatos da reserva industrial e, nas épocas de grande prosperidade, entram em massa no serviço ativo. A terceira categoria pertence aos miseráveis, antes de tudo, o operário e a operária jogados ao esgoto do desenvolvimento social, por sua incapacidade de adaptação à nova divisão do trabalho; há ainda os que, desgraçados, passaram da idade normal do assalariado; e finalmente, as vítimas diretas da indústria: os alijados, os doentes, os estropiados, as viúvas, etc., etc., cujo número aumenta com as máquinas perigosas, com minas, com a indústria química, etc.

A miséria é o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e peso morto do exército industrial de reserva. A sua produção está compreendida naquela do exército de reserva, a sua necessidade na necessidade deste. A pobreza forma com a superpopulação, uma condição de existência da riqueza capitalista.

Compreende-se, portanto, toda a estupidez da sabedoria econômica que não pára de pregar aos trabalhadores a necessidade de adaptar o seu contingente, a sua população, às necessidades do capital, como se o mecanismo do capital não realizasse continuamente esse desejado ajustamento. A primeira palavra desse ajustamento é: miséria nas camadas sempre crescentes do exército ativo dos trabalhadores, peso morto da pobreza.

A lei na sociedade capitalista, segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção mobiliza progressivamente uma quantidade sempre menor de força de trabalho, quer dizer que quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os seus empregos e, portanto, tanto mais precária sua condição de existência, ou seja, as condições para a venda da própria força para aumentar a riqueza ou a expansão do capital.

A análise da mais-valia relativa levou-nos a este resultado: todos os métodos para multiplicar a produtividade do trabalhador coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção se transformaram em meios de dominar e explorar o produtor, que se torna um fragmento de ser humano, um mutilado, uma mera peça de máquina. Esse modo de produção opõe ao trabalhador as forças científicas da produção, como uma das tantas forças inimigas; a atratividade do trabalho é substituída pelo tormento do trabalho; as condições de trabalho são desfiguradas e o trabalhador vê todas as horas de sua vida transformadas em horas de trabalho e sua mulher e seus filhos são lançados ao rolo compressor do capital.

Mas todos os métodos que ajudam à produção de mais-valia favorecem igualmente à acumulação e todo aumento na acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos, o que quer dizer que, qualquer que seja o nível dos salários, alto ou baixo, a condição do trabalhador deve piorar, na medida em que o capital se acumula.

A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado às necessidades da acumulação, acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que as cadeias com que Vulcano acorrentou Prometeu ao Cáucaso. É esta a lei que estabelece uma correlação fatal entre a acumulação do capital e a acumulação da miséria. De tal modo que a acumulação de pobreza, de sofrimento, de ignorância, de embrutecimento, de degradação moral, de escravidão no pólo oposto, onde se encontra a classe que produz o próprio capital.

No século XVIII, G. Ortes, um monge veneziano, um economista notável de sua época, via no antagonismo da produção capitalista uma lei natural da riqueza social:

“Numa nação, os bens e os males econômicos mantêm-se sempre em equilíbrio: a abundância de bens de uns corresponde sempre à falta deles para outros. Grande riqueza

para uns, significa privação absoluta do necessário para muitos outros. A riqueza de uma nação está em correspondência com sua população, e sua miséria em correspondência com sua riqueza. O trabalho de uns leva outros à ociosidade. Os pobres e os ociosos são consequência necessária dos ricos e dos trabalhadores”.

Ao contrário desse monge inteligente, que não ficou imaginando projetos inúteis para a felicidade dos povos, e que se deu ao trabalho de investigar as causas da infelicidade em que vivem, o reverendo Townsend louvava, grosseiramente, a pobreza como condição necessária para a riqueza. Vejam a sua piada:

“A obrigação legal do trabalho exige grande dose de aborrecimentos, violência e barulho, enquanto a fome é uma pressão pacífica, silenciosa e incessante, e que, como o estímulo mais natural para a indústria e para o trabalho, nos fazem mais esforçados”. Mas o reverendo continua essa piada de mau gosto assim:

“Parece uma lei natural que os pobres sejam até certo ponto precipitados” – tão precipitados que chegam ao mundo sem antes terem garantido um berço de ouro – “o que proporciona a existência de indivíduos para os trabalhos mais servis, mais sórdidos e mais ignóbeis da comunidade. O cabedal da felicidade humana é ampliado, quando os mais delicados ficam livres do trabalho grosseiro e podem realizar sua vocação superior sem interrupções...” E vejam essa chave de ouro, essa jóia de conclusão: “A lei de assistência aos pobres tende a destruir a harmonia e a beleza, a simetria e a ordem desse sistema que Deus e a natureza criaram no mundo”.

Bem, aí está. Mas no fundo, a questão desse reverendo era protestar contra as leis inglesas, que davam aos pobres o direito de se socorrerem nas paróquias.

“O progresso da riqueza social gera aquela classe útil da sociedade... que realiza as tarefas mais sórdidas, mais enfadonhas e repugnantes, em suma, se sobrecarrega com tudo o que a vida oferece de desagradável e servil, proporcionando assim às outras classes lazer, alegria espiritual e aquela dignidade convencional de caráter”.

“Que bom!”, anotou Marx, no final dessas palavras de Storch. E Storch vê na sociedade capitalista, com sua miséria e degradação das massas, comparada com a barbárie, uma grande vantagem: a segurança!

Finalmente, Destutt de Tracy, o fleumático doutrinador burguês, diz abertamente:

“Nas nações pobres o povo vive como quer e, nas nações ricas, vive geralmente na pobreza”.

Vejam agora quais são os efeitos da acumulação do capital. E, mais uma vez, só podemos contar com uma parte mínima de todo o material recolhido na obra de Marx e que toma os exemplos da Inglaterra, país por excelência da acumulação capitalista, caminho de todas as nações modernas.

Em 1863, O Conselho Privado mandou fazer um inquérito sobre a situação da parte mais mal nutrida da classe operária. O doutor Simon foi o médico oficial. Essas pesquisas se estenderam, de um lado, aos trabalhadores agrícolas, e, de outro, aos tecelões de seda, às costureiras, aos luveiros que trabalham com pelica, tecelões de meias, tecelões de luvas e sapateiros. Excluindo-se os trabalhadores agrícolas e os tecelões de meias, todas as demais categorias eram exclusivamente urbanas. Uma das normas da investigação foi a de escolher em cada categoria as famílias mais sadias e em situação relativamente melhor.

O resultado geral foi o seguinte:

“Só numa das categorias investigadas dos trabalhadores urbanos, o suprimento de azoto ultrapassou um pouco o padrão mínimo necessário, para evitar doenças de subnutrição; em duas categorias observou-se carência no suprimento, tanto de azoto quanto de carbono, e numa delas carência muito grave. Das famílias dos trabalhadores agrícolas investigadas, mais de 1/5 tinha alimentação com teor de carbono inferior ao indispensável; mais de 1/3,

alimentação com teor de azoto inferior ao indispensável. Em três condados, Berkshire, Oxfordshire e Shomersetshire, verificaram-se carência de azoto na dieta média local”.

Entre os trabalhadores agrícolas mais mal nutridos, figuravam os da Inglaterra, a parte mais rica do Reino Unido. A subnutrição, entre os trabalhadores, incidia principalmente sobre mulheres e as crianças, pois “o homem tem de comer para fazer o seu trabalho”. Penúria ainda maior assolava as categorias investigadas de trabalhadores urbanos. “Estão tão mal alimentados que têm de haver entre eles muito casos de privações cruéis e ruinosas para a saúde” (conseqüência do “espírito de renúncia” do capitalista, isto é, sua renúncia a pagar a seus trabalhadores o que estes precisam apenas para vegetar.).

“Todo aquele que está familiarizado com a clínica de indigentes ou com as enfermarias e clínicas dos hospitais pode afirmar que são numerosos os casos em que a dieta deficiente produz e agrava doenças... Mas, temos de acrescentar a isto um conjunto muito importante de condições sanitárias... Devemos lembrar que a privação de alimentos é difícil de suportar e que em regra uma dieta carente só ocorre depois de ter havido muitas privações anteriores. Muito antes de a insuficiência alimentar ter importância do ponto de vista da higiene, muito antes de o fisiólogo pensar em contar os grãos de azoto ou carbono que marcam a diferença entre a vida e a morte pela fome, o lar já terá sido despojado de todo o conforto material. O vestuário e o aquecimento terão se tornado mais escassos do que os alimentos. Não haverá mais proteção contra as clemências do tempo, os aposentos terão ficado tão reduzidos que produzirão ou agravarão doenças; quase nada mais restará dos utensílios e móveis da casa; a limpeza se terá tornado extremamente custosa e difícil. E, se se procura mantê-la, por um sentido de dignidade, esse esforço representará novos tormentos de fome. O lar terá de se instalar onde o teto for mais barato, em bairros onde a fiscalização sanitária é menos eficaz, onde há maior deficiência de esgotos, de limpeza, de maiores imundícies, onde a água é escassa e da pior qualidade, e nas cidades onde há maior carência de luz e de ar. São estes os perigos sanitários a que se expõe inevitavelmente a pobreza quando acompanhada da míngua de alimentos. Se a soma desses perigos representa um tremendo fardo para a vida, a simples falta de alimentos é em si mesmo horrenda... Estas reflexões são dolorosas, principalmente quando verificamos que a pobreza de que se trata não é a pobreza merecida dos ociosos. É a pobreza dos trabalhadores! Além disso, com relação aos trabalhadores urbanos, o trabalho com que compram sua escassa alimentação é, em regra, excessivamente prolongado. Só num sentido muito limitado pode-se supor que esse trabalho dê para viver... Visto numa escala bem ampla, esse sustento nominal pelo trabalho não passa de um rodeio mais ou menos curto para se cair na pobreza”.

Qualquer observador desinteressado vê que quanto maior a concentração dos meios de produção, mais os trabalhadores se aglomeram e num espaço restrito; mais rápida a acumulação, mais miseráveis se tornam a habitação dos operários. É evidente que os melhoramentos e o embelezamento da cidade, conseqüência do crescimento da riqueza, como a demolição dos quarteirões mal construídos, a construção de luxuosos prédios para bancos, lojas, etc., o alargamento das ruas para o tráfego comercial e para os veículos de luxo, o estabelecimento de linhas de transportes coletivo, desalojam os pobres, expulsando-os para os recantos cada vez piores e mais abarrotados de gente.

Aqui uma observação geral do doutor Simon:

“Embora oficialmente fale apenas como médico, o sentimento elementar de humanidade não me permite ignorar o outro lado do problema. Quando o abarrotamento das habitações ultrapassa certos limites, determina quase necessariamente uma eliminação de toda a delicadeza, uma confusão imunda de corpos e de funções fisiológicas, uma crua nudez animal e sexual, que não são humanas, mas bestiais. Ficar sujeito a essas influências é degradar-se, com uma intensidade tanto mais profunda quanto mais elas continuarem atuando. As crianças, nascidas sob essa maldição, recebem o batismo da infâmia. E ultrapassa as raias da esperança o desejo de ver pessoas, colocadas nessas circunstâncias, lutarem por aquela atmosfera de civilização cuja essência é a limpeza física e moral”.

Os ciganos, os nômades do proletariado são recrutados no campo, mas suas ocupações são em grande parte industriais. É a "infantaria ligeira do capital", como diz Marx, jogada, segundo necessidades do momento, ora aqui, ora ali. E, em geral, trabalham nas construções, na limpeza de terrenos, nas olarias, nas cerâmicas, nas construções de estradas, etc. Coluna móvel de pestilência, os rastros de seu caminho são a varíola, o tifo, a cólera, a sífilis, a febre escarlatina, etc., etc.

Quando a empresa envolve um gasto enorme de capital, como nas construções de estradas, ferrovias etc., o próprio patrão é quem fornece para o seu exército a habitação, ou seja, barracos de madeira, espeluncas, ou construções semelhantes, que formam verdadeiras aldeias improvisadas, sem cuidado sanitário nenhum, sem controle de qualquer autoridade, mas altamente rendosa para o patrão que, desta forma, explora duas vezes o trabalhador: como empregado e inquilino. Chega-se a pagar centenas de reais de aluguel por um barraco, dependendo da sua localização e acomodações. Peguemos mais um exemplo do relatório do doutor Simon:

"Em setembro de 1864, o presidente do Comitê de Fiscalização Sanitária da Paróquia de Sevenoaks dirigiu-se ao Ministro do Interior, Sir George Gray, a seguinte denúncia:

Nesta paróquia, há um ano, a varíola era totalmente desconhecida. Até que se iniciaram os trabalhos da estrada de ferro Lewisham-Tunbridge. Escolheram esta paróquia para o depósito central de todo o empreendimento, cujos trabalhos são realizados nas vizinhanças desta cidade. Um grande número de pessoas foi empregado. Sendo impossível alojar tantas pessoas em casas, o empreiteiro, Mr. Jay mandou construir barracos destinados à habitação dos trabalhadores, em diversos pontos ao longo do traçado da linha férrea. Esses barracos não têm ventilação nem fossa ou esgoto e, além disso, ficaram abarrotados, porque o locatário foi obrigado a compartilhar seu barraco com outras pessoas, por mais numerosa que fosse sua própria família e embora a habitação só tivesse dois cômodos. Segundo o relatório médico que recebemos esses pobres abrigados, em consequência disso, têm de sofrer todas as noites as torturas da sufocação, para se protegerem das emanações pestilentas das águas estagnadas e imundas e das latrinas colocadas logo abaixo das janelas. Por fim, chegaram ao nosso Comitê queixas formuladas por um médico que teve oportunidade de visitar esses barracos. Falou sobre a situação deles nos termos mais severos e manifestou o receio das graves consequências que haveria, se não fossem tomadas certas providências sanitárias. Há quase um ano, o referido Jay comprometeu-se a construir uma casa onde seriam imediatamente isolados seus empregados que fossem acometidos de doença infecciosa. Repetiu essa promessa no fim de julho passado, mas não deu o menor passo para cumpri-la, embora desde então tenham ocorridos em seus barracos diversos casos de varíola e, em consequência, duas mortes. A 9 de setembro, o doutor Kelson informou-me de novos casos de varíola nos mesmos barracos, descrevendo sua horrível situação. Para informação (do Ministro), devo acrescentar que a nossa paróquia possui uma casa de isolamento, o lazareto, onde são cuidados os paroquianos que contraíam doenças infecciosas. Há muitos meses que o lazareto está continuamente superlotado de pacientes. Numa única família, cinco crianças morreram de varíola ou de febre. De 1º de abril a 1º de setembro desse ano, ocorreram nada menos que dez óbitos por varíola, sendo quatro nos referidos barracos, o foco de infecção. É impossível dar o número dos atacados por doenças infecciosas, pois as famílias atingidas procuram manter o maior segredo possível em torno do assunto."

Vejamos agora os efeitos da crise sobre a parte melhor paga da classe operária, da sua aristocracia. Um jornalista do *Morning Star* nos descreve a situação em uma das principais localidades atingidas pela crise industrial, de janeiro de 1867:

"A oeste de Londres, há pelo menos 15 mil trabalhadores com suas respectivas famílias literalmente à míngua. Dentre eles há mais de 3 mil operários qualificados. Suas poupanças estão esgotadas, pois há seis ou oito meses que estão desempregados. Uma multidão faminta assediava a Casa do Trabalho, a espera do vale do pão. Tive dificuldade para chegar ao portão do asilo. Não havia chegado ainda a hora da distribuição dos vales. O

pátio do asilo é um imenso quadrado com um telheiro que corre em volta dos muros. Havia pequenos pedaços limitados por cercas de vime, como currais de ovelhas, onde os homens trabalham quando o tempo está bom. No dia da minha visita, o tempo estava tão ruim que ninguém podia trabalhar neles. Mas, assim mesmo, alguns homens britavam pedras debaixo do telheiro. Trabalhavam por trinta reais ao dia e um vale de pão. Noutra parte do pátio havia uma casa, onde os homens, para se manterem aquecidos, esfregavam-se ombro a ombro. Desfiavam estopa e competiam para ver qual deles poderia trabalhar mais com um mínimo de comida, pois a resistência era para eles ponto de honra. Só neste asilo eram acolhidos 7 mil trabalhadores, entre os quais muitas centenas deles recebiam, há 6 ou 8 meses, os mais altos salários pagos neste país a um operário qualificado. Se não houvesse as casas de penhor, o seu número seria o dobro. Deixando o asilo, fui à casa de um operário de indústria siderúrgica, desempregado há 27 semanas. O homem estava sentado com toda a sua família num pequeno quarto aos fundos. O quarto não estava ainda despojado de todos os móveis e dentro dele ardia ainda um fogo, para não enregelar os pés das crianças, pois o frio estava terrível. Frente ao fogo havia certa quantidade de estopa que a mulher e as crianças desfiavam para ganhar o pão do asilo. O homem britava pedras no asilo, por uma vale de pão e 30 reais por dia. Com muita fome dizia com um sorriso amargo, chegando agora para o almoço: alguns pedaços de pão com gordura derretida e uma xícara de chá sem leite... A próxima porta onde batemos foi aberta por uma senhora de meia idade que, sem dizer uma palavra, levou-nos a um pequeno quarto nos fundos, onde estava toda a família, de olhos pregados num fogo que estava se extinguindo rapidamente. Não desejo ver mais o uma cena como a que presenciei, aquela consternação, aquele desespero, que transparecia no rosto daquela gente e dominava o pequeno aposento. Há 26 semanas, disse a senhora, apontando para seus rapazes, que eles não conseguem ganhar nada, e todo o nosso dinheiro foi embora, todo o dinheiro que eu e o pai conseguimos guardar nos melhores tempos, pensando que nos seria útil quando parássemos de trabalhar. Veja! Gritou ela selvagememente, mostrando sua caderneta bancária e, assim pudemos ver como a pequena fortuna crescera do primeiro depósito de 100 reais até atingir 50 mil reais e depois começou a cair, tostão a tostão, até que aquela caderneta ficasse sem valor nenhum, como um pedaço de papel branco. Essa família recebia diariamente uma escassa refeição do asilo... A outra visita nos levou à casa de um irlandês que trabalhava nos estaleiros navais. A sua mulher estava doente por inanição, estendida com as suas roupas sobre um colchão, pobrementemente coberta com um pedaço de tapete, pois toda a roupa de cama tinha sido penhorada. Suas crianças, em estado miserável, cuidavam dela e precisavam elas mesmas do cuidado materno. Contou-nos a história do seu passado miserável, gemendo como se tivesse perdido todas as esperanças... dezenove semanas de ociosidade forçada haviam reduzido a família a esse estado de extrema necessidade. Chamado a outra casa, vi uma senhora e duas lindas crianças, um punhado de cautelas de penhor e um quarto frio e vazio; era tudo o que tinha para mostrar”.

Entre os capitalistas ingleses era moda apresentar a Bélgica como o paraíso do trabalhador, pois lá não havia limitações à “liberdade do trabalho” ou, o que é o mesmo, à “liberdade do capital”. Lá não havia nem o despotismo ignominioso dos sindicatos, nem esse grupo opressivo de comissários de fábricas. Vamos a algumas palavrinhas sobre a “felicidade” do trabalhador belga. Não há ninguém, por certo, mais familiarizado com os mistérios dessa felicidade que o falecido Ducpétiaux, que era inspetor geral das prisões belgas e da instituição de beneficência e membro da Comissão Central de Estatística Belga. Abramos a sua obra “Balanço Econômico da Classe Operária na Bélgica”, publicada em Bruxelas, em 1855. Entre outras coisas, encontramos aí uma família belga normal, cujas receitas e despesas são calculadas na base de dados exatos e cujas condições de alimentação são comparadas com as dos soldados, marinheiros e penitenciários. A família é constituída de pai, mãe e quatro filhos; dessa família, quatro podem trabalhar como assalariados durante o ano inteiro. Imagina-se que não há doentes e incapazes, nem poupanças em bancos e caixas de aposentadoria. Nenhuma despesa supérflua, nenhum luxo. Apenas uma contribuição para o culto. O pai e o filho mais velho fumam e aos domingos vão até o boteco, gastando semanalmente nessas distrações um total de R\$

200,00. Toda a receita da família, exatamente calculada, chega anualmente a R\$ 106.800,00. Eis o balanço anual da família:

O pai, 300 dias a	R\$ 156,00	R\$ 46.800,00
A mãe, 300 dias a	R\$ 89,00	R\$ 26.700,00
O filho, 300 dias a	R\$ 56,00	R\$ 16.800,00
A filha, 300 dias a	R\$ 55,00	R\$ 16.500,00
		Total Anual R\$ 106.800,00

Na hipótese de que o operário tivesse a alimentação:

Do marinheiro, a R\$ 182.800,00 teria R\$ 76.000,00 de déficit;

Do soldado, a R\$ 147.300,00 teria R\$ 40.500,00 de déficit;

Do prisioneiro, a R\$ 111.200,00 teria R\$ 4.440,00 de déficit.

Voltemos a Londres, onde uma pesquisa oficial foi feita, em 1863, sobre a alimentação e o trabalho dos condenados, seja à deportação, seja ao trabalho forçado. Ei-la:

“Uma comparação cuidadosa entre a dieta dos condenados às prisões na Inglaterra, de um lado, e a dieta dos pobres nos asilos e dos trabalhadores agrícolas livres, do outro, mostra, sem sombra de dúvida, que os primeiros são muito melhor alimentados do que qualquer elemento das duas outras categorias... Além disso, a quantidade de trabalho exigida de um condenado a trabalhos forçados é quase a metade da que executa ordinariamente o trabalhador agrícola”.

Um inquérito sobre saúde pública, em 1865, por ocasião de uma epidemia numa área rural, cita, entre outros, o seguinte fato:

“Um menino doente de febre dormia à noite ao mesmo quarto com seu pai, mais um filho ilegítimo, mais dois irmãos, mais duas irmãs, cada uma com um bastardo, ao todo 10 pessoas. Há algumas semanas eram 13 que dormiam no mesmo aposento”.

Pelas proporções deste manual, não poderemos transcrever, com detalhes e a precisão de Marx, a situação miserável em que foi jogado o trabalhador rural. Mas encerremos este capítulo, falando de uma calamidade toda especial entre os trabalhadores agrícolas ingleses, provocada pela acumulação de capital.

O excedente da população rural leva ao rebaixamento dos salários, em certas épocas do ano, quando os trabalhos na agricultura têm de ser realizado em determinado tempo, por exemplo, na época da colheita, exige-se um número maior de braços; as necessidades do capital não são quantitativamente satisfeitas com a população agrícola. Conseqüentemente, recorre-se a um grande número de mulheres e crianças, para suprir essa necessidade momentânea do capital; cumprida essa função, essa gente vai aumentar a superpopulação rural. Este fato produziu entre os trabalhadores rurais ingleses o sistema de bandos ambulantes, os volantes.

Um grupo de volantes é formado de 10 a 40 ou 50 pessoas, mulheres, jovens de ambos os sexos entre 13 e 18 anos, embora rapazes de 13 anos sejam em geral excluídos, e finalmente crianças de ambos os sexos entre 6 e 13 anos. O seu chefe é um trabalhador agrícola comum, geralmente velhaco, debochado, boêmio, bêbado, mas com certo espírito de iniciativa e muito esperto. O grupo que ele recruta trabalha sob suas ordens e não sob as do arrendatário, com quem acerta o trabalho por empreitada. O seu ganho não é muito maior do que um trabalhador agrícola comum e depende de sua habilidade para fazer o seu bando realizar a tarefa contratada, no menor tempo possível. Os arrendatários descobriram que as mulheres só trabalham com regularidade sob a ditadura masculina, e que elas e as crianças, uma vez iniciada a tarefa, empregam impetuosamente suas forças, enquanto o homem adulto, malandramente, procura poupar-se o máximo possível no trabalho.

O chefe do grupo vai de uma fazenda para outra, ocupando seus elementos durante 6 a 8 meses por ano. Por isso, é muito mais rendoso e mais seguro para as famílias dos trabalhadores servir com ele do que tratar seu trabalho diariamente com o arrendatário, que só ocasionalmente emprega crianças. Esta circunstância lhe dá uma influência tão grande que, em certos povoados, as crianças, em regra, só podem ser empregadas por seu intermédio. Ele consegue um ganho adicional, atravessando as crianças individualmente, sem a família, para os arrendatários.

O lado sombrio do sistema de grupos ambulantes: o trabalho excessivo das crianças e dos jovens, as longas marchas diárias para as fazendas, muitas vezes a léguas de distância e finalmente, a desmoralização do bando. O chefe, conhecido em alguns lugares como arreio, só excepcionalmente recorre á violência, muito embora a tenha à sua disposição. É um imperador democrático, procurando exercer uma atração, como o gerente de um circo. Precisa de popularidade entre os seus dependentes e os seduz como os atrativos da vida cigana que promove. Licenciosidade grosseira, dissolução alegre e a mais obscena falta de pudor dão asas ao bando. Em geral, paga os seus comandados num bar, e ao sair cambaleante, vai, apoiado de cada lado por uma mulher robusta, à frente do bando, e as crianças e os jovens acompanham-no fazendo maior algazarra e entoando cantigas zombeteiras e pornográficas. Não é raro as meninas de 13, 14 anos engravidarem de rapazes da mesma idade. Os povoados que fornecem os contingentes do bando, transformam-se em Sodomas e Gomorras, e a taxa de nascimento de filhos ilegítimos é o dobro da observada em outras regiões do país.

Além de sua forma clássica, tal como descrevemos, há ainda os bandos particulares. Sua composição é a mesma do bando comum, mas tem menos pessoas, não sendo comandadas por um chefe autônomo, mas por um velho criado para o qual o arrendatário não achou melhor ocupação. Nestes bandos, o humor cigano desaparece, mas de acordo com o que dizem as testemunhas, pioram o pagamento e o tratamento das crianças.

Este sistema de bandos continua crescendo nas últimas décadas e não existe para o prazer de seu chefe. Existe para enriquecer os grandes arrendatários e, indiretamente, os donos das terras. Os pequenos arrendatários não empregam esses bandos e nem as terras pouco férteis.

Frente a uma Comissão de Inquérito, um proprietário, apavorado com uma possível redução de seus ganhos, vociferou:

“Por quê se faz tanto caso? Eu sei, é porque o nome do sistema soa mal. Em vez de “bando”, podemos dizer “Associação Industrial-Agrícola Cooperativa e Autárquica da Juventude” e tudo estaria bem.”.

Um antigo chefe de bando declarou: “O trabalho dos bandos é mais barato do que qualquer outro, e esta é a razão porque é utilizado”.

De um arrendatário: “O sistema de bandos é, sem dúvida, mais barato para o arrendatário e o mais nocivo para as crianças”.

Para os arrendatários não há método mais engenhoso para manter os trabalhadores muito abaixo do nível normal – deixando sempre à sua disposição um suplemento de braços para as necessidades extraordinárias – para obter muito trabalho com a menor despesa possível e para tornar supérfluo o trabalhador adulto. Sob o pretexto de que há falta de mão-de-obra, reclamam como necessário o sistema de bandos.

CAPÍTULO X

A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

E estamos chagando ao fim do nosso drama.

Um dia encontramos o trabalhador no mercado, vendendo sua força de trabalho, como vimos, negociando-a pau-a-pau com o homem do dinheiro. Ele não sabia ainda com seria duro o caminho do Calvário que teria de enfrentar, nem tinha experimentado ainda o cálice amargo do qual teria de beber até a última gota. O homem do dinheiro não era ainda um capitalista, mas um modesto proprietário de uma pequena riqueza, tímido e incerto em sua nova caminhada, na qual empregava toda a sua fortuna.

Vimos como acena mudou.

O operário, depois de ter gerado o capital com seu primeiro sobre-trabalho, foi oprimido por um trabalho excessivo de uma jornada extraordinariamente prolongada. O tempo de trabalho necessário para sua manutenção foi encurtado pela mais-valia relativa, enquanto o sobre-trabalho foi prolongado para nutrir sempre mais abundantemente o capital. Na cooperação simples, vimos que o operário submetido a uma disciplina militar, preso a uma corrente de concatenação de forças de trabalho, a extenuar-se mais e mais, para alimentar o sempre crescente capital. Vimos o operário mutilado, aviltado e oprimido ao máximo pela divisão do trabalho, na manufatura. Vimo-lo sofrer as indescritíveis dores materiais e morais causadas pela introdução da máquina, na grande indústria. Expropriado da última parcela de sua virtude artesanal, vimo-lo reduzido a um mero servo da máquina, transformado, de membro de um organismo vivo, em um apêndice vulgar de um mecanismo, torturado pelo trabalho vertiginosamente intensificado pela máquina, que a cada momento ameaça arrancar um pedaço de sua carne ou tritura-lo completamente entre suas monstruosas engrenagens e, como se não bastasse, vimos sua mulher e seus queridos filhos se tornarem escravos do capital. E, no entanto, o capitalista, imensamente enriquecido, pagando-lhe um salário que ele pode diminuir a seu prazer, embora dando mostras de conservá-lo no nível anterior e até mesmo aumenta-lo. Finalmente, vimos o operário, temporariamente inutilizado pela acumulação de capital, passar do exército ativo industrial para a reserva, e então, desta, descer para sempre ao inferno da pobreza. Todo o sacrifício foi consumado.

Mas como foi possível acontecer tudo isso?

De um modo muito simples! O operário era, na verdade, proprietário de sua força de trabalho, com a qual poderia produzir tanto quanto necessitasse para si e sua família, mas a quem faltava os outros elementos indispensáveis ao trabalho, ou seja, os meios e a matéria de trabalho. Desprovido, portanto, de qualquer riqueza, o operário foi obrigado, para ganhar a vida, a vender seu único bem, sua força de trabalho, ao homem do dinheiro, que tirou o seu proveito. A propriedade individual e o salário, fundamentos do sistema de produção capitalista, são a causa primeira de tanta dor.

Mas isto é injusto! É criminoso! E quem deu ao homem o direito à propriedade individual? E, além disso, como foi que o homem do dinheiro se apossou dessa riqueza, dessa acumulação primitiva, origem de tanta infâmia?

Uma voz terrível levanta-se do templo do deus Capital e grita: "tudo é justo, porque tudo está escrito no livro das leis eternas. De há muito se foi o tempo em que o homem vagava ainda livre e igual sobre a Terra. Poucos deles foram laboriosos, sóbrios e econômicos; todos os demais foram preguiçosos, luxuriosos e esbanjadores. A virtude fez a riqueza dos primeiros e o vício, a miséria dos outros. Os poucos conseguiram o direito de gozar (eles e seus descendentes) da riqueza virtuosamente acumulada; enquanto os muitos (ele e seus descendentes) são obrigados pela sua miséria a se venderem aos ricos, foram condenados a servirem eternamente a estes e seus descendentes".

Eis como certos amigos da ordem burguesa vêem as coisas. Essas insípidas ingenuidades continuam a circular. Thiers, por exemplo, com a faixa de presidente da república francesa,

apresentou sua estupidez a seus concidadãos escrevendo um livro, no qual pretendeu ter aniquilado os ataques sacrílegos do socialismo contra a propriedade.

Se a origem da acumulação primitiva fosse divina, a teoria que ela deriva seria tão justa quanto aquela do pecado original e da predestinação. O pai foi preguiçoso e beberrão, o filho sofrerá a miséria. Um é filho de um rico, está predestinado a ser feliz, forte, instruído, civilizado, etc.; o outro é filho de um pobre, está predestinado a ser infeliz, ignorante, bruto, imoral. Uma sociedade fundada sobre tal lei deve certamente, acabar, como acabaram tantas outras sociedades menos bárbaras e menos hipócritas, tantas religiões e deuses, a começar pelo cristianismo, em cujas leis se encontram exemplos similares de justiça.

Aqui poderíamos botar um ponto final em nosso trabalho, se fosse possível levar a sério essa tolice burguesa. Mas o nosso drama tem um final digno desse espetáculo, como logo veremos, assistindo ao último ato.

Abramos a historia, aquela história escrita pela burguesia, e para consumo da burguesia; busquemos a origem da acumulação primitiva e é isso o que encontramos.

Em épocas mais antigas, grupos de homens nômades vieram a se estabelecer nas localidades melhor situadas e mais favorecidas pela natureza. Ali fundaram cidades, cultivaram a terra e fizeram tudo quanto é necessário para a própria prosperidade. Mas eis que se encontram e guerreiam pela sua sobrevivência. Daí as guerras, mortes, incêndios, rapinagem e devastações. Tudo que era do vencido se torna propriedade do vencedor, inclusive os sobreviventes, que se tornam todos escravos.

Aí está a origem da acumulação primitiva na antiguidade. Vejamos agora, na Idade Média.

Nesta segunda época da historia, só encontramos invasões de povos aos países de outros povos mais ricos e mais favorecidos pela natureza, e sempre o mesmo refrão de matanças, rapinagem, incêndios, etc. Tudo o que era dos vencidos passa para as mãos do vencedor, com a diferença de que os sobreviventes não se tornam mais escravos, como na época anterior, mas servos, e passam, juntamente com a terra a que estavam presos, para o poder de seu senhor.

Portanto, nem mesmo na época medieval encontramos o menor traço da idílica laboriosidade, sobriedade e economia decantada por certa doutrina burguesa sobre a origem da acumulação primitiva. E é bom que se diga que a Idade Média é a época para qual nossos ilustres possuidores de riqueza podem se reportar em busca de suas origens, de seus ancestrais. Passemos, finalmente, para a época moderna.

A revolução burguesa destruiu o feudalismo e transformou a servidão em salário. Mas, ao mesmo tempo, retirou dos trabalhadores os poucos meios de existência, que o estado de servidão lhes assegurava. Ainda que devesse trabalhar a maior parte do tempo para seu senhor, o servo se assegurava com um pedaço de terra, com os instrumentos e o tempo de cultivá-las, para ganhar sua própria vida. A burguesia destruiu tudo isso e fez do servo um trabalhador "livre", o qual não tem outro jeito senão se deixar explorar pelo primeiro capitalista que o captura ou morrer de fome. Como o trabalhador é explorado, nós já vimos.

Bem, deixemos agora essas observações gerais e passemos para um caso particular. Peguemos a história de um povo e vejamos como é feita a expropriação da população agrícola e a formação daquela massa de operários, destinada a fornecer sua força de trabalho à indústria moderna. Para variar, retornemos à historia na Inglaterra, onde todas essas doenças por nós estudadas se desenvolveram mais cedo, oferecendo-nos um bom posto para observação prática.

Nos fins do século XIV, a servidão tinha praticamente desaparecido da Inglaterra. A imensa maioria da população se compunha agora, e mais completamente ainda no século

XV, de camponeses livres que cultivavam a sua própria terra, qualquer que fosse o título feudal que lhe garantisse o direito de posse. Nos grandes domínios senhoriais o antigo *bailliff*, um servo, foi substituído pelo arrendatário livre. Os assalariados rurais eram, em parte, camponeses que, durante o tempo em que não precisavam trabalhar em suas próprias terras, contratavam trabalhos com os grandes proprietários; e, em parte, uma classe particular e pouco numerosa de assalariados propriamente ditos. Mas estes eram, ao mesmo tempo, lavradores independentes, pois, além do salário, recebiam uma habitação e uma terra de 4 ou mais acres para lavrar. Além disso, junto com os camponeses propriamente ditos, usufruíam das terras comuns, onde pastavam seu gado e de onde retiravam a lenha, a turfa etc., para seu aquecimento.

A revolução que criou os fundamentos do modo de produção capitalista, teve o seu prelúdio nos últimos anos do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracterizou pela repartição de terras entre o maior número possível de camponeses. O poder do senhor feudal, como o dos soberanos, não dependia do tamanho de suas rendas, mas do número de seus súditos, ou melhor, do número de camponeses trabalhando em seus domínios. Repentinamente, a liberação dos numerosos séquitos senhoriais lançou no mercado de trabalho uma massa de proletários sem eira, nem beira. Essa massa cresceu consideravelmente por meio da usurpação dos bens comunais dos camponeses, bens estes instituídos pelas leis feudais, nas quais os grandes senhores nem pensaram. O florescimento da manufatura da lã, com o conseqüente aumento dos preços da lã, motivaram diretamente essas violências na Inglaterra. Transformar as terras de lavoura em pastagens, era o grito de guerra.

“Mas que importa aos nossos grandes usurpadores? As casas e choupanas dos camponeses e trabalhadores foram violentamente demolidas ou abandonadas à ruína total. Quando consultamos os velhos inventários de alguma residência senhorial, verificamos que inúmeras casas e pequenas lavouras desapareceram, que a terra alimenta um número bem menor de pessoas, que muitas cidades desapareceram, embora prosperem algumas novas... Poderia falar de cidades e aldeias que se transformaram em pastos de ovelhas e onde apenas se encontram as mansões senhoriais”.

Velhas crônicas, como esta de Harrison, exageram as queixas, mas traduzem exatamente a impressão dos contemporâneos que testemunharam essa revolução das condições de produção.

No século XVI, com a Reforma e o imenso saque aos bens da Igreja que a acompanhou, o violento processo de expropriação do povo recebeu um novo e terrível impulso. A Igreja Católica era, nesta época, proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A extinção dos conventos etc., enxotou os habitantes de suas terras, engrossando ainda mais o proletariado. Os bens eclesiásticos foram amplamente doados aos vorazes favoritos da Corte ou vendidos a preços ridículos a especuladores, agricultores ou burgueses que expulsaram em massa os antigos moradores hereditários e fundiram as suas propriedades. O direito dos pobres à propriedade de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscado. Nessa época, a rainha Elizabeth fez uma viagem pela Inglaterra. “*Pauper ubique jacet*”, espantou-se ela, em latim, logo após ter cumprido o seu itinerário. O que ela quis dizer, em português, é que “o pobre está na miséria por toda a parte”, tanto assim que o seu governo foi obrigado a reconhecer oficialmente a pobreza, introduzindo o imposto de assistência aos pobres. Os autores dessa lei se envergonharam de explicar-lhe os motivos e, sem os preâmbulos de praxe, a afixaram. Sob o reinado de Carlos I, o Parlamento a declarou definitiva e só veio a ser modificada em 1834. Ao invés de receberem a indenização a que tinham direito, deram aos pobres mais pobreza e mais castigos.

Ainda no tempo de Elizabeth, alguns proprietários de terras e alguns ricos arrendatários do sul da Inglaterra se reuniram para estudar a lei sobre os pobres recentemente promulgada. Um célebre jurista da época foi encarregado de ler e de dar seu parecer sobre o anteprojeto dos proprietários.

“Alguns dos ricos arrendatários da paróquia imaginaram um plano muito engenhoso para afastar todas as confusões que ocorrem na aplicação da lei. Eles propuseram a construção de uma cadeia na paróquia. Será negada qualquer ajuda ao pobre que nela não se deixe encarcerar. Avisar-se-á por toda a vizinhança que qualquer pessoa que deseje alugar os pobres dessa paróquia deve apresentar propostas lacradas, num dia determinado, fixando o menor preço pelo qual ficaria com eles. Os autores deste plano supõem existirem nos condados vizinhos, pessoas que gostariam de viver sem trabalhar, mas que não podem realizar seu desejo por não disporem de recursos ou créditos suficientes para arrendar terras ou conseguir um barco. Estas pessoas estariam inclinadas a fazer propostas vantajosas à paróquia. Se os pobres morrerem aos cuidados do contratante, a culpa recairá sobre ele, uma vez que a paróquia já terá cumprido todos os seus deveres em relação a eles. Tememos que a lei que tratamos não permita medidas prudentes como a que imaginamos. Informamos, entretanto, que os demais proprietários alodiais desse condado e adjacentes se juntarão a nós para levar seus representantes na Câmara dos Comuns a propor uma lei que permita o encarceramento e o trabalho compulsório dos pobres, de modo que ficará sem direito a qualquer auxílio aquele que se opuser ao encarceramento. Isso, esperamos, impedirá os miseráveis de ter necessidade de assistência”.

No século XVIII, a lei mesma se torna instrumento de espoliação. A forma parlamentar do roubo de terras comunais é aquela das leis de cercamento das terras comunais, públicas. São, na realidade, decretos com os quais os proprietários de terras se fazem eles mesmos donos dos bens comunais, decretos de expropriação do povo. Um tal Sir F. M. Eden chega a apresentar a propriedade comunal como uma propriedade privada, embora ainda indivisa, mas ele mesmo se contradiz em sua vergonhosa argumentação jurídica, ao propor ao Parlamento uma lei geral para cercar as terras comuns. E, não satisfeito ainda de ter confessado a necessidade de um golpe de Estado para açambarcar os bens comunais, ele insiste em se contradizer, ao pedir ao legislador uma indenização para os pobres expropriados. Se não fossem expropriados, não seriam, é obvio, pessoas a serem indenizadas. Sir F. M. Eden, como vimos, é um poço de disparates e cobiça das coisas alheias, mas não perde a “filantropia”.

“Em Northamptonshire e Lincolnshire, cercaram as terras comuns na mais ampla escala e a maior parte das novas propriedades daí surgidas está transformada em pastagens; por isso, muitos senhorios não têm 50 acres arados, onde existiam 1.500... Ruínas de casas, celeiros, estábulos, etc., são os únicos vestígios dos antigos habitantes. Em muitos lugares, centenas de casas e famílias foram reduzidas a 8 ou 10. Na maior parte das regiões atingidas pelo cercamento, há 15 ou 20 anos, os proprietários de terras são hoje em número bem menor em relação ao que existia antes. Não é raro ver 4 ou 5 ricos criadores que recentemente usurparam e cercaram terras que se encontravam em mãos de 20 a 30 lavradores arrendatários e outros tantos pequenos proprietários e colonos. Esses lavradores e suas famílias foram enxotados dos bens imóveis que possuíam, juntamente com muitas outras famílias que empregavam e mantinham”.

Marx transcreveu este trecho de uma “Pesquisa sobre as razões contrárias ou favoráveis ao cercamento de campos abertos”, publicado em 1772, pelo Reverendo Addington.

Os lordes latifundiários (*landlords*) anexaram não somente a terra inculta mas também a cultivada em comum ou mediante arrendamento à comunidade, sob o pretexto de cercamento. Ouçamos o doutor Price:

“Falo aqui do cercamento dos campos e terras abertos que já estão cultivados. Até os defensores do cercamento admitem, nesse caso, que o cercamento diminui o cultivo das terras, eleva os preços dos meios de subsistência e produz o despovoamento... e mesmo o cercamento de terras incultas, como atualmente se pratica, rouba aos pobres parte de seus meios de subsistência e amplia as áreas arrendadas que já são grandes demais. Se todas as terras caírem nas mãos de alguns poucos grandes arrendatários, os pequenos lavradores (que ele define assim: ‘uma multidão de pequenos proprietários e arrendatários que se mantem e sustentam suas famílias com o produto da terra que cultivam, com as ovelhas,

aves, porcos etc., que criam nas terras comuns, precisando poucas vezes de comprar meios de subsistência') serão transformados em pessoas que terão de ganhar a vida trabalhando para os outros e forçadas a irem ao mercado para comprarem tudo que precisam... Haverá talvez mais trabalho, pois a coação será maior... Aumentarão as cidades e as manufaturas, pois mais gente afluirá para elas procurando emprego. Este é o sentido em que o açambarcamento das terras naturalmente atua e em que, há muitos anos, tem realmente atuado neste reino".

De fato, a usurpação dos bens comunais e a revolução agrícola que a seguiu foi tão duramente sentida pelos trabalhadores rurais que, segundo o mesmo Eden, de 1765 a 1780 o salário começou a cair abaixo do mínimo e teve de ser completado pela assistência oficial. "O salário do trabalhador rural já não é mais suficiente nem para as primeiras necessidades da vida", disse ele.

No século XIX desaparecia, enfim, a lembrança daquele sentimento que unia o homem do campo ao solo comunal. Que indenização, perguntaríamos, recebeu a população rural, quando entre 1810 e 1831, foi espoliada em 3.511.770 acres de terras comuns, com os quais, através do Parlamento, os *landlords* presentearam os *landlords*? E isso sem contar a extensão de terras roubadas em tempos mais próximos...

Finalmente, o último grande processo de expropriação dos camponeses é a chamada limpeza das propriedades, que consiste em varrer destas os seres humanos. Todos os métodos até agora observados culminaram nesta "limpeza". Não havendo mais camponeses para serem enxotados, a limpeza prossegue demolindo as choupanas etc., até que os trabalhadores rurais, nesse processo de modernização, não encontrassem mais na terra em que trabalham o espaço necessário para sua própria habitação. Um depoimento sobre esse processo na Escócia:

"Os grandes da Escócia expropriaram famílias como se fossem ervas daninhas, tratando aldeias e seus habitantes como indianos enraivecidos que atacam as feras acuadas em seus refúgios... O ser humano vale uma pele de carneiro, ou uma perna de carneiro ou menos ainda... Quando se invadiu o norte da China, O Grande Conselho dos Mongóis discutia a necessidade de exterminar seus habitantes e converter suas terras em pastagens. Muitos proprietários escoceses não vacilaram em executar essa proposta em seu próprio país, contra seus próprios conterrâneos".

Mas vamos dar a mão a quem merece. A iniciativa mais mongólica foi tomada pela duquesa de Sutherland. Esta senhora, de boa escola, logo que tomou as rédeas da administração, recorreu a medidas radicais e converteu em pasto todo o condado; a população, que já havia sofrido experiências análogas, mas não em tão grandes proporções, já estava tão reduzida a 15 mil habitantes. Entre 1814 e 1820, estes 15 mil indivíduos, que formavam cerca de 3 mil famílias, foram barbaramente expulsos. Todas as suas aldeias foram destruídas e incendiadas e seus campos convertidos em pastos. Os soldados, enviados para essa missão, desceram o pau nos habitantes, sem piedade. Uma velhinha morreu queimada entre as chamas de sua choupana, da qual se negou a sair. E assim, a nobre dama se assenhoreou de 794 mil acres de terras que pertenciam à comunidade desde tempos imemoriais.

(Burgueses! Vós que reclamais do uso revolucionário do petróleo, limpai as orelhas! O fogo desde há muito é usado contra o proletariado! É a vossa história que fala).

Voltando à duquesa. Aos camponeses expulsos, ela mandou que se localizassem em 6 mil acres na orla marítima a 2 acres por família. Esses 6 mil acres eram inteiramente incultos até então, e não proporcionavam qualquer renda. À duquesa não faltou a "fidalguia" de cobrar uma renda razoável por acre, a ser paga pelos membros da comunidade, que, há séculos, deram seu sangue a serviço dos Sutherland. Ela dividiu toda a terra roubada em 29 grandes arrendamentos para a criação de ovelhas, cada um habitado apenas por uma família, em geral oriunda da criadagem dos arrendatários ingleses. Em 1825, os 15 mil aborígenes gaélicos estavam substituídos por 131 mil ovelhas. Os que foram lançados na

orla marítima procuravam viver da pesca. Transformaram-se em anfíbios e, na expressão de um escritor inglês, viviam uma meia vida de duas partes, uma em água e outra em terra.

Mas a brava gente gaélica devia pagar ainda mais caro pela idolatria que seu romantismo serrano dedicava aos "grandes homens" do seu clã. O cheiro de peixe chegou ao nariz dos grandes homens.

Farejaram algo lucrativo atrás dele e arrendaram a orla marítima aos grandes mercadores de peixes de Londres. Os gaélicos foram expulsos pela segunda vez.

Por fim, uma parte das pastagens se transformou em reserva de caça. O professor Leone Levi, em abril de 1866, na Sociedade de Artes, disse em sua conferência sobre o problema:

"O despovoamento do país e a transformação das lavouras em pastos oferecem os meios mais cômodos para uma renda sem despesas. Tornou-se moda, depois, transformar os pastos em campos de caça. As ovelhas são expulsas pelos animais de caça, do mesmo modo que os seres humanos foram enxotados para dar lugar às ovelhas...

Imensas áreas que figuravam nas estatísticas da Escócia como pastagens de excepcional fertilidade e extensão não são cultivadas, nem melhoradas, estando reservadas exclusivamente para algumas pessoas terem o prazer da caça em período curto e determinado do ano".

No final de maio de 1866, um jornal escocês dizia: "Uma das melhores pastagens de ovelha de Sutherlandshire, pela qual se ofereceu recentemente uma renda anual de centenas de libras, será transformada em reserva de caça". Outros jornais da mesma época falaram sobre esses instintos feudais, cada vez mais crescentes na Inglaterra; alguns deles podem concluir, com dados e números, que tal fato não havia diminuído em nada a riqueza nacional.

A criação desse proletariado sem direito algum era mais rápida do que sua utilização nas manufaturas nascentes. Além disso, brutalmente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadra-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova ordem social. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas, na maioria dos casos, por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem. *Os ancestrais da classe operária* atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação esta que lhes foi imposta. A legislação os tratava como delinqüentes voluntários, como se dependesse deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições e que não mais existiam

Na Inglaterra, essa legislação começou sob o reinado de Henrique VII.

Henrique VIII, em 1530: velhos e incapacitados para trabalhar obtêm o direito de apelar à caridade pública, ou seja, esmolar; os sadios que vagabundeiam são presos e chicoteados até sangrar; e, além disso, de acordo com a lei posta em vigor, esses vagabundos devem jurar que voltarão à terra natal ou à cidade onde viveram nos últimos 3 anos para, como diz a lei, "se porem a trabalhar".

Que ironia cruel! E essa lei é modificada para ser ainda mais inexorável, ainda no mesmo governo: o vagabundo reincidente, além de chicoteado, terá a metade da orelha cortada, isso na primeira, porque na segunda reincidência era condenado à forca, como criminoso irrecuperável e inimigo de Estado.

Eduardo VI, 1547, primeiro ano de seu governo: uma lei condena aquele que não quer trabalhar a ser escravo de quem o denunciou como vadio. Assim, para lucrar com o trabalho de um pobre diabo, bastava denuncia-lo como vadio. Segunda a lei, o dono deve sustentar seu escravo a pão e água, bebidas fracas e restos de carne, como achar conveniente; a chicote e a ferros tem o direito de obrigá-lo a executar qualquer trabalho, por mais repugnante que seja. Se o escravo desaparecer por duas semanas, será condenado à

escravidão perpétua e marcado a ferro, na testa e nas costas com a letra S (de "slave": escravo, em inglês); se escapar pela terceira vez será enforcado como traidor. O dono pode vendê-lo, presenteá-lo, aluga-lo, como qualquer bem móvel ou gado. Se o escravo tentar qualquer coisa contra seu senhor, será também enforcado. Os juizes de paz, quando informados, devem imediatamente providenciar a busca dos acusados. Se se verifica que um vagabundo está vadiando há 3 dias, será ele levado à sua terra natal, marcado com ferro em brasa no peito com a letra V e lá posto a trabalhar a ferros, na rua ou em qualquer outro serviço. Se informar falsamente o lugar de nascimento, será condenado a ser escravo vitalício desse lugar, dos seus habitantes ou da comunidade, e marcado com a letra S. Todas as pessoas têm o direito de tomar os filhos de vagabundos e mantê-los como aprendizes: os rapazes até a idade de 24 anos e as moças até 20. Se fugirem, tornar-se-ão, até essa idade, escravos do mestre, que pode pô-los a ferro, açoitá-los, etc., conforme quiser. O dono pode colocar um anel de ferro no pescoço, nos braços ou nas pernas de seu escravo, para reconhecê-lo mais facilmente e ficar mais seguro dele. Por fim, a última parte de lei prevê que certos indigentes podem ser empregados por comunidades ou pessoas que tenham a intenção de lhes dar de comer e de beber e de arranjar-lhes um trabalho. Chamados de *rondsmen* (rondantes), essa espécie de escravos de paróquia subsistiu por muito tempo, chegando até o século XIX.

Elizabeth, 1572: mendigos sem licença e com mais de 14 anos serão açoitados severamente e suas orelhas serão marcadas a ferro, se ninguém quiser tomá-los a serviço por dois anos; em caso de reincidência, se tem mais de 18 anos, serão enforcados, se ninguém quiser tomá-los a serviço por dois anos; na terceira vez serão enforcados, sem apelação, como traidores do Estado.

Vagabundos foram enforcados em massa, dispostos em longas filas. Não havia um ano em que 300 ou 400 vagabundos não fossem levados à forca. Num único ano, só em Somersetshire, foram enforcadas 40 pessoas, 35 ferreteadas, 37 acoitadas e postos em liberdade 183 criminosos incorrigíveis. E, no entanto, diz Strype nos seus Anais, de onde foram recolhidos esses dados: "Este grande número de acusados não compreende nem um quinto de todos os criminosos, graças à negligência do juiz de paz e da estúpida compaixão do povo". Acrescenta: "Os demais condados da Inglaterra não estão em melhor situação que Somersetshire e muitos até pelo contrário".

Jaime I: quem perambule e mendigue será declarado vadio e vagabundo. Os juizes de paz, em suas sessões, estão autorizados a mandar açoita-lo e encarcera-lo por 6 meses, na primeira vez, e por 2 anos, na segunda. Na prisão, receberão tantas chicotadas quantas os juizes de paz acharem adequadas... Os vagabundos incorrigíveis e perigosos serão ferreteados com um R sobre o ombro esquerdo e condenados a trabalhos forçados; se, novamente, forem surpreendidos mendigando, serão enforcados sem clemência. Estes estatutos só foram abolidos em 1714.

Nas páginas de seu livro *Utopia*, Tomas Morus escreveu:

"Homens, mulheres, esposos, esposas, órfãos, viúvas, mães infelizes amamentando seus bebês, famílias inteiras, pobres de recursos, mas muitos braços, porque a lavoura exigia muitos braços. Pobres, simples, desventuradas almas! Carregando seus haveres, vão deixando os campos conhecidos e amados e, adiante, não encontram onde repousar. Atirados ao acaso, sem destino, vão perdendo seus humildes objetos por uma ninharia, premidos pelas necessidades. Sem o último tostão, ao relento, o que lhes resta fazer? Roubar e então, oh, Deus!, serem enforcados com todas as formalidades jurídicas ou pedir esmolas. Mas, se mendigarem, eles serão presos como vadios, vagabundeando sem trabalho; eles, a quem ninguém quer dar trabalho por mais que implorem! Toda essa miséria, por quê? Porque um agiota avarento e insaciável, peste de seu torrão natal, tramou e conseguiu por meio de fraudes, violência e tormentos e roubos de milhares de alqueires, que ele cercou de estacas e de valas e expulsou os lavradores de suas próprias terras".

Conterrâneo destes desgraçados vagabundos do reinado de Henrique VIII, de 1509 a

1547, quando foram enforcados mais de 72 mil vadios, Tomas Morus nos contou como esses ex-lavradores eram obrigados a se tornarem ladrões.

E aí esta: a acumulação primitiva e sua origem! É com essa violência e de todo esse sangue dos expropriados camponeses que nasce aquela classe operaria, destinada a servir de pasto a toda a indústria moderna! O mais é idílio, conversa fiada...

Assim, a fogo e espada, o capital preparou o ambiente necessário para empregar uma massa de força humana destinada a nutri-lo. E, hoje, se não é a espada, se não é o fogo, é a fome: um meio mais cruel e terrível. A crescente necessidade de acumulação levou a essa gloriosa, moderna conquista da burguesia, que é a fome. Um meio que é mesmo parte necessária para o funcionamento da produção capitalista como um todo; enfim, por si mesma, agindo sem grandes escândalos, sem grandes barulhos, é a fome um meio *civilizado* e *honesto* do mundo capitalista. E para quem se rebela contra a fome, há sempre mais espada e fogo.

Não nos sobram páginas para falarmos aqui dos heróis do capital nos países colonizados. Remetemos os nossos leitores à historia das descobertas, começando com a de Cristóvão Colombo e de toda a colonização; citemos apenas um texto de um homem "reconhecido por seu fervor cristão", W. Howitt:

"As terríveis atrocidades praticadas pelas chamadas nações cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que elas conseguem submeter, não encontram paralelo em nenhum período da historia universal, em nenhuma raça, por mais feroz, ignorante, cruel e cínica que se tenha revelado".

Se, como disse Augier, jornalista francês, "o dinheiro vem ao mundo com uma de suas faces manchada de sangue", o capital – conclui Marx – vem transbordando sangue e lama por todos os seus poros, dos pés à cabeça.

E essa, burguês, é a vossa história, triste e sanguinária história que merece ser bem lida e refletida por vós, que em vossa virtude concebeis um santo horror pela *violência* dos revolucionários de hoje; por vós, burguês, que só permitis aos trabalhadores o uso exclusivo dos *meios morais*, por vós mesmos determinados.

CONCLUSÃO

O mal é radical e os trabalhadores já sabem disso há muito tempo. E estão dispostos, com os meios apropriados, a destruí-lo. Muitos trabalhadores já sabem:

- 1) que a propriedade privada é a fonte primeira de toda a opressão exploração humana;
- 2) que a emancipação dos trabalhadores (a emancipação humana) não pode fundar-se em uma nova dominação de classe, mas no fim de todos os privilégios e monopólios de classe, e sobre a igualdade dos direitos e dos deveres;
- 3) que a causa do trabalho, causa da humanidade, não tem fronteiras;
- 4) que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores.

Trabalhadores de todo o mundo, unamo-nos! Não mais direitos sem deveres, não mais deveres sem direitos! Revolução!

Mas a revolução perseguida pelos trabalhadores não é a revolução de pretexto, não é o meio prático de um momento, para se lograr um objetivo dissimulado. Também a burguesia, como tantas outras classes, invocou um dia a revolução; mas tão somente para derrotar a nobreza e substituir o sistema feudal de servidão por esse mais refinado e cruel que é o do trabalho assalariado. E a isso chamam de progresso e civilização! Todos os dias assistimos ao ridículo espetáculo dos burgueses que vão balbuciando a palavra revolução,

com o único objetivo de chegar ao topo da montanha e usurpar o poder. A revolução dos trabalhadores é a revolução pela revolução!

A palavra revolução, no seu mais amplo e verdadeiro sentido, significa mudar, transformar, girar. Como tal, a revolução é a alma de toda a matéria infinita. De fato, na natureza tudo se transforma, mas nada se cria ou se destrói, como nos prova a química.

A matéria mantendo sempre a mesma quantidade, pode mudar infinitamente as suas formas. A matéria, quando perde sua antiga forma, essa passa da antiga vida, na qual morre, para a nova vida, na qual nasce. Quando nosso fiandeiro transformou os 10 quilos de algodão em 10 quilos de fio, não ocorreu a morte de 10 quilos de matéria sob a forma de algodão e o seu nascimento sob a forma de fios? E quando o tecelão transforma os fios em tecido, não ocorreu a mesma coisa que sucedera com a vida do algodão e a vida do fio? Portanto, a matéria girando de uma vida para outra, vive sempre mudando, se transformando, se revolucionando...

Ora, se a transformação é a lei da natureza, que é o todo, deve também necessariamente ser a lei da humanidade, que é parte. Mas sobre a terra há um punhado de homens que não pesam assim, ou, melhor que tapam os olhos para não ver e os ouvidos para não escutar.

Agora, ouço um burguês que me grita:

“Sim, é verdade, a lei natural, a revolução que você reclama, é a reguladora absoluta das ações humanas, a culpa de todas as opressões, de todas as explorações, devem ser atribuídas a essa inexorável lei que se impõe à revolução, à transformação continua: a luta pela sobrevivência, a vitória dos mais fortes sobre os mais fracos, enfim, o sacrifício da espécie menos perfeita. Se centenas de trabalhadores se sacrificam para o bem estar de um só burguês, o burguês não tem a menor culpa, ao contrário, está aflito e desolado por causa desse decreto, da única lei natural, da revolução”.

Quando os burgueses falam desse modo e os trabalhadores resolvem também invocar a força dessa lei natural que quer a transformação, a luta pela existência e a revolução, eles se preparam justamente para serem os mais fortes, sacrificando toda a planta parasita e monstruosa, para o completo e próspero desenvolvimento da planta homem, belo, completo, perfeito, como deve ser toda a profundidade do seu caráter humano. E o que fazem os burgueses? Os burgueses são muito temerosos e devotos para apelar à lei natural da revolução. Em alguns momentos de veledade, eles podem até invoca-lá; mas, depois, voltando a si, feitas as contas, chegam ao resultado de que tudo se desenvolve perfeitamente bem, no melhor dos mundos, para eles; então passam a gritar, torturando os nossos tímpanos: ordem, religião, tradição, família e propriedade! Assim, depois de conquistarem com mortes, incêndios e roubos o lugar de dominadores e exploradores da espécie humana, pensam poder breçar os passos da revolução. Mas eles não sabem, na sua estupidez, que seus esforços nada podem fazer do que levar a humanidade e, portanto, eles mesmos a uma terrível catástrofe; assim, as forças revolucionárias exploradas por eles de um modo irracional, imprevisivelmente explodem.

Eliminados os obstáculos materiais que se opunham à revolução, agora livre no seu curso, bastará por si só para criar entre os homens o mais perfeito equilíbrio, a ordem, a paz e a felicidade mais completa, porque os homens, no seu livre desenvolvimento, não procedem como animais, mas como seres humanos, eminentemente racionais e civilizados, que compreendem que nenhum homem pode ser verdadeiramente livre e feliz, a não ser na liberdade e felicidade comuns a toda a humanidade. *Não mais direitos sem deveres, não mais deveres sem direitos.* Não mais, portanto, a luta pela sobrevivência entre um homem e um homem, mas luta pela existência de todos os homens com a natureza, aproveitando o possível das forças naturais para a vantagem de toda a humanidade.

Conhecida a doença, o remédio é fácil: a revolução pela revolução.

Mas como podem os trabalhadores restabelecer o curso da revolução? Aqui não é o lugar para desenvolver um programa revolucionário, já há muito elaborado e publicado em outros

livros. Concluindo, me limito a repetir as palavras de um operário, que são a epígrafe deste volume:

"O operário fez tudo; e o operário pode destruir tudo, porque pode fazer tudo de novo".